

I

A SOCIAL-DEMOCRACIA COMO UM FENÔMENO HISTÓRICO

A DECISÃO DE PARTICIPAR

A escolha crucial foi entre participar ou não. Eventos anteriores haviam resultado no estabelecimento do princípio democrático na esfera política. Entretanto, os direitos políticos eram meramente formais quando acompanhados da coerção e desigualdade imperantes na esfera social. Ao emergir por volta de 1850, o socialismo era, pois, um movimento que completaria a revolução iniciada pela burguesia, arrebatando-lhe o "poder social" exatamente como ela conquistara o poder político. O tema recorrente do movimento socialista desde então tem sido essa noção de "estender" o princípio democrático da esfera política para a social, a qual, na verdade, é principalmente econômica.

Contudo, principalmente porque o princípio da democracia já se fazia presente nas instituições políticas, os meios pelos quais se alcançaria o socialismo apareciam sob a forma de uma escolha. O projeto dos primeiros socialistas, adeptos do comunismo, era construir uma sociedade dentro da sociedade, uma comunidade de produtores imediatos associados em oficinas e fábricas, cooperando como consumidores e administrando suas próprias atividades. A intenção era edificar essa sociedade de produtores associados em completa independência com relação ao mundo burguês; ela deveria simplesmente desviar-se da emergente ordem capitalista e, em grande medida, industrial. Todavia, assim que a nova sociedade burguesa desenvolveu suas instituições políticas — primeiro a burocracia e o exército permanente e a seguir o parlamento popularmente eleito — não mais pôde ser mantida uma postura de distanciamento e independência. Já não era possível

asseverar, como fizera Proudhon, que a reforma social não podia resultar da mudança política. Mesmo se a ação política fosse verdadeiramente ineficaz em ocasionar a reforma social, as novas instituições políticas, uma vez estabelecidas, tinham de ser tratadas ou como um inimigo ou como um instrumento em potencial. A escolha passou a ser entre ação “direta” e ação “política”: um confronto direto entre o mundo dos trabalhadores e o mundo do capital ou uma luta via instituições políticas. Construir uma sociedade dentro da sociedade não bastava; fazia-se necessária a conquista do poder político. Como argumentou Marx no Manifesto de Lançamento da Primeira Internacional, em 1864, “Para ser capaz de emancipar a classe operária, o sistema cooperativo deve ser desenvolvido em âmbito nacional, o que implica a necessidade de dispor de recursos em escala nacional. [...] Nessas condições, o grande dever da classe operária consiste em conquistar o poder político”.¹ Assim, Marx afirmou que os trabalhadores tinham de organizar-se em um partido político, e que esse partido deveria conquistar o poder na trajetória para o estabelecimento da sociedade socialista. A questão perturbadora, porém, era se esse partido deveria ou não fazer uso das instituições já existentes em sua busca do poder político. A democracia política, especificamente o voto, era uma arma já pronta, à disposição da classe trabalhadora. Tal arma deveria ser rejeitada ou empunhada na trajetória da “emancipação política para a emancipação social”?

A resposta dos anarquistas foi uma veemente negativa. O que temiam e afirmavam era não só ser a ação política desnecessária e ineficaz mas também que qualquer participação em instituições burguesas, independentemente da finalidade e da forma, destruiria o próprio movimento pelo socialismo. O Congresso Anarquista em Chaud-de-Fonds alertou em 1870: “toda participação dos trabalhadores na política governamental burguesa só poderá produzir resultados no sentido de consolidar o atual estado de coisas, paralisando, assim, a ação socialista revolucionária do proletariado”.² A própria consideração de uma melhora nas condições dos operários no seio da sociedade capitalista — um debate acerca de normas internacionais para a proteção dos trabalhadores realizado na assembléia inaugural da Segunda Internacional em 1889 — levou os anarquistas a clamar incontinenti que aqueles que aceitassem reformas não eram verdadeiros socialistas.³ Alex Danielsson, um dos fundadores da Social-Democracia sueca, afirmou em 1888 que a participação eleitoral modificaria o socialismo, transformando-o “de uma nova teoria da sociedade e do mundo em um reles programa de um partido meramente parlamentarista, e nesse instante extinguir-

se-á o entusiasmo no núcleo do proletariado e o ideal da revolução social degenerará em uma busca de ‘reformas’ que absorverão todo o interesse dos trabalhadores”.⁴ Como observou em retrospecto Errico Malatesta, “os anarquistas sempre se mantiveram puros, continuando a ser o partido revolucionário por excelência, o partido do futuro, pois foram capazes de resistir ao canto de sereia das eleições”.⁵

Os que se tornaram socialistas foram aqueles que decidiram utilizar os direitos políticos dos trabalhadores nas sociedades onde estes os possuíam, e lutar por tais direitos onde ainda não haviam sido conquistados. A corrente abstencionista perdeu seu apoio na Primeira Internacional após 1873, e os recém-criados partidos socialistas, em sua maioria fundados entre 1884 e 1892, adotaram os princípios da ação política e da autonomia dos trabalhadores.⁶

Todavia, a atitude dos partidos socialistas com relação à participação eleitoral foi, na melhor das hipóteses, ambivalente. Tal ambivalência não era de cunho teórico — havia pouca vantagem em interpretar e reinterpretar cada palavra escrita por Marx a respeito da democracia burguesa, pelo simples motivo de o próprio Marx, assim como os homens e mulheres que levaram os partidos recém-formados a participarem de batalhas eleitorais, não ter muita certeza quanto ao que esperar da competição eleitoral. A questão fundamental — jamais respondida pela história, porque não pode ser solucionada definitivamente — era se a burguesia respeitaria sua própria ordem legal no caso de uma vitória eleitoral do socialismo. Se os socialistas usassem a instituição do voto — estabelecida pela burguesia em sua luta contra o absolutismo — para vencer as eleições e criar na sociedade leis que conduzissem ao socialismo, não iria a burguesia reverter aos meios ilegais para defender seus interesses? Isso ocorrera na França em 1851, e parecia provável que acontecesse novamente.

Portanto, a questão essencial que se apresentava aos partidos socialistas era, como apontou Hjalmar Branting em 1886, se “a classe dominante respeitaria a vontade popular *mesmo que esta exigisse a abolição de seus privilégios*”.⁷ Sterky, o líder da ala esquerda dos socialdemocratas suecos, estava entre os que possuíam uma opinião negativa: “Suponhamos que [...] a classe trabalhadora fosse capaz de obter a maioria no poder legislativo; nem mesmo dessa forma ela chegaria ao poder. Podemos estar certos de que a classe capitalista, com isso, trataria de não prosseguir na trajetória do parlamentarismo, recorrendo, antes, às baionetas”.⁸ Ninguém podia ter certeza absoluta; os socialistas austríacos, por exemplo, prometeram em seu programa de Linz, em 1926, “governar estritamente em conformidade com as regras do

Estado democrático”; entretanto, sentiram-se compelidos a advertir que “caso a burguesia, boicotando as forças revolucionárias, tente obstruir a mudança social que o movimento operário se comprometeu a levar a cabo ao assumir o poder, a social-democracia será forçada a usar de meios ditatoriais para desbaratar tal resistência”.⁹ A principal dúvida acerca da participação eleitoral era se a revolução não seria necessária de qualquer modo, como afirmou August Bebel em 1905, “como uma medida meramente defensiva, destinada a salvaguardar o exercício do poder legitimamente adquirido pelo voto”.¹⁰

Em tais condições, compreensivelmente, era cautelosa a atitude em relação à participação eleitoral. Os socialistas entraram na política eleitoral com escrúpulos, “visando apenas a usá-la para fins de propaganda”, e prometeram “não participar de nenhuma aliança com outros partidos, nem aceitar nenhum compromisso” (Resolução do Congresso de Eisenach do SPD, em 1870). Na melhor das hipóteses, julgavam muitos, o sufrágio universal era um entre outros instrumentos, se bem que possuísse o “mérito incomparavelmente superior de desencadear a luta de classes [...]”, como disse Marx em 1850.¹¹ As eleições deveriam ser usadas apenas como um veículo já pronto para a organização, agitação e propaganda. A postura típica é adequadamente ilustrada pela seguinte moção apresentada em 1889: “Já que o Partido Social-Democrata dos Operários Suecos é um partido de propaganda, ou seja, [considera] seu principal objetivo a disseminação das informações sobre a social-democracia, e sendo a participação em eleições um bom veículo para a agitação, o Congresso recomenda a participação”.¹² As eleições também eram úteis porque permitiam à liderança uma avaliação do “fervor revolucionário das massas”. Porém, era só isso o que pareciam prometer no momento em que os socialistas decidiram participar. A última edição de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* publicada no tempo em que Engels ainda era vivo continha, ainda em 1891, a afirmação de que o sufrágio universal é meramente “o indicador da maturidade da classe operária. Não pode e jamais poderá ser algo mais na situação atual”.¹³

Cada passo em direção à participação reacendia as controvérsias. O Partido Social-Democrata Alemão debatia sobre se deveria permitir que um de seus membros ocupasse a vice-presidência do Reichstag, sobre votar ou não no orçamento e até mesmo sobre negociar votos no segundo turno das eleições.¹⁴ O Partido Trabalhista Norueguês, em 1906, recusou-se a negociar votos no segundo turno, muito embora isso não implicasse nenhum compromisso.¹⁵ Em 1898, uma pesquisa de opinião entre líderes preeminentes da Segunda Internacional revelou

que, embora se julgasse por vezes aconselhável a intervenção na política burguesa, seis dos entrevistados responderam “*jamais*” com respeito a participar no governo, onze admitiram a possibilidade *très exceptionnellement*, e uma minoria de doze pessoas pensava que tal participação era desejável sempre ou, pelo menos, no caso de Millerand.¹⁶ Dos sessenta e nove social-democratas suecos que, por telegrama, opinaram sobre se o partido deveria ou não unir-se ao governo liberal em 1911, sessenta e três foram contra a participação.¹⁷ Embora alguns partidos “suspendessem” a luta de classes e entrassem em governos de coalizão antes do término da Primeira Guerra Mundial, mesmo na Grã-Bretanha a decisão de formar o primeiro governo trabalhista em 1924 foi objeto de acirrada polémica, precisando ser justificada como se tratando de uma oportunidade de adquirir a experiência necessária para a era socialista.¹⁸

Os oponentes da participação parecem ocupar um lugar permanente no espectro político. A cada passo dado por partidos firmemente estabelecidos em direção à participação, novas vozes levantam-se para continuar a tradição segundo a qual a crença nas batalhas parlamentares “entre rãs e camundongos”¹⁹ é uma manifestação daquilo que Marx denominou, sob circunstâncias muito especiais, “cretinismo parlamentarista”.²⁰ Horkheimer, no *memento* anarquista de 1940, reafirmou: “a integração é o preço que indivíduos e grupos têm de pagar para florescer sob o capitalismo”.²¹ “Eleições, uma armadilha para os tolos”, dizia o título de um artigo de Sartre publicado na véspera das eleições parlamentares francesas de 1973. “*Voter, c’est abdiquer*”, bradavam os muros de Paris em 1968.

CAPITALISMO DEMOCRÁTICO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A abstenção eleitoral nunca se constituiu em uma opção viável para partidos políticos de trabalhadores. A participação, por sua vez, não pôde permanecer meramente simbólica. Uma vez que a competição democrática oferece a vários grupos uma oportunidade de promover alguns de seus interesses no curto prazo, qualquer partido político que pretenda mobilizar os trabalhadores deve tirar proveito dessa oportunidade.

O capitalismo é uma forma particular de organização social da produção e troca. Baseado em uma avançada divisão do trabalho, é um sistema no qual a produção orienta-se para as necessidades de terceiros, para a troca. Portanto, é um sistema em que mesmo os indiví-

duos que participam diretamente na transformação da natureza em produtos úteis — os produtores imediatos — não podem sobreviver fisicamente sozinhos. Ademais, o capitalismo constitui um sistema em que aqueles que não possuem os instrumentos de produção precisam vender sua capacidade de trabalho. Os trabalhadores recebem um salário, que não é um direito sobre qualquer parte do produto específico que geram, mas um meio abstrato de aquisição de quaisquer bens ou serviços. Devem produzir lucros como condição da continuidade de seu emprego.

O produto é apropriado privadamente, no sentido de que os trabalhadores, em sua posição de produtores imediatos, não possuem direito institucional à sua alocação ou distribuição. Os capitalistas, que auferem os lucros, decidem, sob várias restrições, como alocar o produto, em especial que parte deve ser investida, onde, como e quando. Tais alocações são limitadas pelo fato de os capitalistas competirem entre si e poderem ser influenciados pelo sistema político. A propriedade dos meios de produção também dá aos proprietários o direito de organizar a produção (ou delegar essa função). Como empregadores, os capitalistas regulamentam a organização do trabalho, embora novamente possam sofrer restrições das regras originadas no sistema político. Como produtores imediatos, os trabalhadores não possuem direito legal a gerir as atividades produtivas de que participam.

Nessas condições, a democracia política proporciona aos trabalhadores a oportunidade de defender alguns de seus interesses. A política eleitoral constitui o mecanismo pelo qual todo indivíduo, enquanto cidadão, pode reivindicar seu direito a bens e serviços. Embora como produtores imediatos os trabalhadores não tenham direito legal ao produto, como cidadãos podem obter tal direito via sistema político. Ademais, novamente como cidadãos e não como produtores imediatos, podem intervir na própria organização da produção e na alocação dos lucros.

Os capitalistas têm condições de buscar a realização de seus interesses no decorrer da atividade cotidiana dentro do sistema de produção. Eles “votam” continuamente na alocação dos recursos da sociedade quando decidem investir ou não, empregar ou dispensar trabalhadores, adquirir títulos do governo, exportar ou importar. Os trabalhadores, em contraste, só podem reivindicar seus direitos coletivamente e de forma indireta, por intermédio de organizações embutidas em sistemas de representação, principalmente sindicatos e partidos políticos. Por conseguinte, a participação é necessária para a efetivação dos interesses dos trabalhadores. Os ideais revolucionários podem impul-

sionar a história, mas não fornecem alimento nem abrigo. Como observou Schumpeter:

[...] manter uma atitude totalmente negativa, embora em princípio bastante satisfatória, teria sido impossível para qualquer partido cuja importância não fosse de todo nula. Tal atitude inevitavelmente teria contrariado a maioria dos verdadeiros anseios dos trabalhadores organizados e, se persistisse durante qualquer lapso de tempo, teria reduzido os seguidores a um diminuto grupo de ascetas políticos [...] Nenhum partido pode viver sem um programa que ofereça a promessa de benefícios imediatos.²²

Se pretendem fazer uso das oportunidades oferecidas pela democracia, os trabalhadores devem organizar-se como participantes. E, mesmo sendo essa oportunidade limitada, é a única institucionalizada, a única disponível aos trabalhadores enquanto coletividade. A participação na política democrática é necessária se os trabalhadores precisam ser capazes de empreender outras formas de luta, inclusive o confronto direto com os capitalistas. Os socialistas enfrentaram um Estado hostil, em que as forças permanentemente organizadas da repressão encontravam-se nas mãos dos proprietários de terras ou da burguesia. Na situação em que as insurreições armadas foram inviabilizadas pelas mudanças tecnológicas na arte da guerra — aspecto enfatizado por Engels em 1895 — a participação parlamentar constituía o único recurso disponível aos trabalhadores. É importante notar que o momento crítico nas táticas de diversos partidos socialistas ocorreu após o fracasso de greves gerais organizadas em função de questões econômicas. Enquanto greves orientadas para a extensão do voto obtiveram êxito na Bélgica e na Suécia, o uso de greves de massa voltadas para objetivos econômicos invariavelmente resultou em desastres políticos: Bélgica em 1902,²³ Suécia em 1909,²⁴ França em 1920,²⁵ Noruega em 1921,²⁶ e Grã-Bretanha em 1926.²⁷ Todas essas greves foram derrotadas, e seguidas de dizimação de sindicatos e promulgação de legislação repressiva. As experiências comuns de derrota e repressão tiveram efeito decisivo no direcionamento de partidos socialistas para táticas eleitorais. A representação parlamentar era necessária para proteger o movimento da repressão — foi essa a lição aprendida pelos líderes socialistas. Já em 1891, Kautsky admitia: “a luta econômica requer direitos políticos, e estes não caem do céu”.²⁸

A participação, ademais, era necessária porque, como resultado do sufrágio universal, massas de indivíduos podem produzir efeito político sem estarem organizadas. Quando não organizados como classe, os trabalhadores tendem a votar com base em outras fontes de identi-

ficação coletiva: como católicos, bávaros, mulheres, francófonos, consumidores etc. Tendo as eleições sido organizadas e os trabalhadores obtido o direito de voto, fazia-se necessário organizá-los para votar como trabalhadores.

O fato é que as únicas organizações duráveis são as que optam pela participação em instituições burguesas. Pois, a menos que uma participação seja totalmente ineficaz na promoção dos interesses dos trabalhadores no curto prazo, todas as organizações de trabalhadores devem unir-se ou desaparecer.

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL E ORGANIZAÇÃO DE CLASSE

A razão de o envolvimento na política representativa da sociedade burguesa jamais deixar de suscitar controvérsia é que o próprio ato de “tomar parte” nesse sistema específico molda o movimento pelo socialismo e sua relação com os operários enquanto classe. A questão recorrente consiste em: o envolvimento na política eleitoral pode resultar no socialismo ou deve reforçar a ordem social existente, isto é, a capitalista? É possível para o movimento socialista encontrar uma passagem entre os “dois recifes” descortinados por Rosa Luxemburgo — “o abandono do caráter de movimento de massa ou o abandono dos objetivos finais”?²⁹ A participação na política eleitoral faz-se necessária se o movimento pelo socialismo pretende obter apoio em massa junto aos trabalhadores; contudo, essa mesma participação parece obstruir a consecução de seus objetivos finais. Trabalhar para o presente ou para o futuro torna-se um verdadeiro dilema.

A participação impõe uma estrutura específica à organização dos trabalhadores como classe. Rosa Luxemburgo foi quem melhor analisou o efeito da participação sobre as relações internas de classe:

[...] a divisão entre luta política e luta econômica e a separação das mesmas não passam de um produto artificial, embora historicamente compreensível, do período parlamentarista. Por um lado, no desenvolvimento pacífico, “normal” para a sociedade burguesa, a luta econômica é fracionada, desagregada em uma infinidade de lutas parciais limitadas a cada empresa, a cada ramo da produção. Por outro lado, a luta política é conduzida não pelas massas, por intermédio da ação direta, mas em conformidade com a estrutura do Estado burguês, no estilo representativo, pela pressão exercida sobre o corpo legislativo.³⁰

O primeiro efeito da “estrutura do Estado burguês”, portanto, é que os assalariados formam-se como classe em diversas organizações independentes e com freqüência competitivas, o mais das vezes em sin-

dicatos e partidos políticos, mas também em cooperativas, associações de bairro, clubes etc. Um traço característico da democracia capitalista consiste na individualização das relações de classe na esfera política e ideológica.³¹ As pessoas que no sistema de produção classificam-se como capitalistas ou assalariados aparecem na política como “indivíduos” ou “cidadãos” indistintos. Assim, mesmo que um partido político consiga formar uma classe no âmbito das instituições políticas, as organizações econômica e política jamais coincidem. Sindicatos e partidos diversos freqüentemente representam interesses diferentes e competem entre si. Além disso, enquanto nos sindicatos a base de classe restringe-se a certos grupos de pessoas mais ou menos permanentemente empregadas, os partidos políticos que organizam assalariados devem também mobilizar indivíduos que não são membros de sindicatos. Com isso, existe uma tensão constante entre os interesses mais limitados dos sindicatos e os interesses mais amplos representados pelos partidos. A classe organizada como participante não aparece como um agente único em conflitos históricos concretos.³²

O segundo efeito é que as relações no interior da classe tornam-se estruturadas sob a forma de relações de representação. O parlamento é uma instituição representativa: seus membros são indivíduos, não massas. Assim, uma relação de representação impõe-se à classe pela própria natureza das instituições democráticas capitalistas. As massas não agem diretamente em defesa de seus interesses, e sim delegam essa defesa. Isso vale tanto para os partidos como para os sindicatos: o processo de negociação coletiva apresenta-se tão distante da experiência cotidiana das massas como as eleições. Os líderes tornam-se os representantes. Massas representadas por líderes — eis o modo de organização da classe trabalhadora no seio das instituições capitalistas. Dessa maneira, a participação desmobiliza as massas.

O dilema organizativo vai mais além. A luta pelo socialismo resulta inevitavelmente no aburguesamento do movimento socialista — esse é o ponto essencial da clássica análise de Roberto Michels. A luta requer organização; demanda um aparelho permanente, uma burocracia assalariada; exige que o movimento se dedique a atividades econômicas próprias. Com isso, os militantes socialistas forçosamente tornam-se burocratas, editores de jornais, administradores de companhias de seguro, gerentes de casas funerárias, e até mesmo *Parteibudiger* — gerentes de bar do partido. Todas essas ocupações são características da pequena burguesia. “Imprimem [...] um caráter marcadamente pequeno-burguês”, concluiu Michels.³³ Como escreveu recentemente um dissidente francês, “A classe operária está perdida na administração de seus bastiões imaginários. Camaradas disfarçados de gente ilustre

ocupam-se de depósitos de lixo municipais e refeitórios de colégios. Ou trata-se de gente ilustre disfarçada de camaradas? Já não sei.”³⁴

Um partido que participa de eleições tem de abandonar algumas táticas alternativas, e esse é o dilema tático freqüentemente diagnosticado. Enquanto os trabalhadores não possuíam plenos direitos políticos, não era necessário escolher entre táticas insurrecionais ou parlamentaristas. De fato, os direitos políticos podiam ser conquistados por aqueles que não os possuíam tão-somente por intermédio de atividades extraparlamentares. César de Paepe, fundador do Parti Socialiste Brabançon, escreveu em 1877 que “ao usarmos nossos direitos constitucionais e os meios legais à nossa disposição não renunciaremos ao direito à revolução”.³⁵ Essa afirmação foi amiúde reiterada, notavelmente por Engels em 1895. Em uma linha mais pragmática, Alex Danielsson, um socialista da esquerda sueca, argumentou que os socialdemocratas não deviam comprometer-se com “um dogma concernente a táticas que obrigariam o partido a agir conforme uma mesma rotina em todas as circunstâncias”.³⁶ Nunca houve dúvida a respeito de ser aconselhável o uso de uma greve de massa para a obtenção do sufrágio universal (vale dizer, masculino), e tanto o partido belga como o sueco organizaram greves de massa que resultaram em extensões do direito de voto.

Contudo, no momento em que o sufrágio universal foi obtido, tornou-se necessário escolher entre as táticas “legais” e as “extraparlamentares”. J. McGurk, presidente do Partido Trabalhista britânico, observou judiciosamente em 1919:

Somos constitucionalistas ou não somos constitucionalistas. Se somos constitucionalistas, acreditamos na eficácia da arma política (e de fato cremos, pois para que temos um Partido Trabalhista?), sendo, portanto, insensato e antidemocrático, por não obtermos maioria de votos, mudar de rumo e exigir a mobilização do operariado.³⁷

Para conquistar votos de pessoas não pertencentes à classe operária, especialmente de pequenos burgueses, formar alianças e coalizões e administrar o governo segundo os interesses dos trabalhadores, um partido não pode parecer “irresponsável” e dar mostras de hesitação a respeito de seu comprometimento com as regras e os limites do jogo parlamentarista. Por vezes, o partido deve até mesmo impedir ações, por parte de seus próprios adeptos, que poriam em risco o processo eleitoral. Ademais, um partido orientado para melhoras parciais, no qual os líderes-representantes levam uma vida pequeno-burguesa, um partido que durante anos esquivou-se das ruas não pode “sair da toca para as trincheiras”, nas palavras de Gramsci, mesmo quando tal aber-

tura é precipitada por uma crise. Observou Eric Hobsbawm: “O problema da esquerda revolucionária em sociedades estáveis não é que suas oportunidades jamais se apresentaram, mas que as condições normais em que ela deve operar impedem-na de desenvolver movimentos tendentes a aproveitar os raros momentos em que é chamada a agir como revolucionária [...] Acontece que é difícil ser revolucionário em países como os nossos”.³⁸

Esse dilema acentuou-se ainda mais quando a democracia — a democracia representativa característica da sociedade burguesa — deixou de ser meramente uma tática e foi adotada como princípio básico da futura sociedade socialista. Partidos social-democratas reconheceram na democracia política um valor que transcende diferentes formas de organização da produção. Jean Jaurès afirmou que “o triunfo do socialismo não será um rompimento com a Revolução Francesa, e sim a efetivação daquela revolução em novas condições econômicas”.³⁹ Eduard Bernstein via no socialismo simplesmente “a democracia levada à sua conclusão lógica”.⁴⁰ A democracia representativa, para os social-democratas, tornou-se simultaneamente o meio e o objetivo, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, a estratégia e o programa, apresentando um caráter ao mesmo tempo instrumental e prefigurativo.⁴¹

Assim, os social-democratas defrontaram-se com um dilema, evidenciado por Gay em sua biografia de Bernstein.

É, portanto, impossível o socialismo democrático? Ou pode ser alcançado tão-somente se o partido estiver disposto a abandonar temporariamente o método democrático para chegar ao poder pela violência, esperando poder voltar ao parlamentarismo assim que assumir o controle? Tudo indica que esta segunda alternativa encerra trágicas possibilidades: um movimento democrático que recorre a métodos autoritários para atingir seu objetivo não deve permanecer democrático por muito tempo. Não obstante, a primeira alternativa — aferrar-se a procedimentos democráticos em todas as circunstâncias — pode condenar o partido à contínua impotência política.⁴²

A PROMESSA DAS ELEIÇÕES

Apesar de toda a ambivalência, a despeito da pressão das preocupações de curto prazo, os socialistas ingressaram na política burguesa para ganhar eleições, obter um mandato predominantemente voltado para transformações revolucionárias e criar a legislação que conduziria a sociedade ao socialismo. Isso era o que objetivavam e esperavam.

A participação eleitoral fundamentou-se na idéia de que a democracia é não só necessária, mas também suficiente, para atingir o socialismo. Em uma carta de 1891, que mais tarde seria vista com imenso desagrado por Lenin, Engels afirmou: “Se há alguma coisa de que se pode estar certo, é o fato de que nosso partido e a classe operária somente podem chegar ao poder sob a forma de uma república democrática. Essa é mesmo a forma específica da ditadura do proletariado”.⁴³ Jaurès considerava a democracia “o solo mais amplo e mais sólido em que pode pisar a classe trabalhadora [...] o alicerce que a burguesia reacionária não pode destruir sem abrir fendas na terra e nelas despenhar-se”.⁴⁴ Millerand, como sempre, foi mais incisivo: “Para realizar as reformas imediatas capazes de aliviar o fardo da classe trabalhadora, habilitando-a, assim, a conquistar sua própria liberdade, e para dar início, conforme determinado pela natureza das coisas, à socialização dos meios de produção, é necessário e suficiente que o partido socialista empenhe-se em apoderar-se do governo por intermédio do sufrágio universal.”⁴⁵

Os socialistas passaram a tomar parte em eleições porque precisavam ocupar-se da melhora imediata das condições dos trabalhadores. Entretanto, sua participação visava à efetivação do socialismo. Será tal divergência entre causa e propósito um sintoma de racionalização? Teria sido o patos dos objetivos finais apenas uma forma de enganarem a si próprios?

A resposta a tais questões é tarefa para os estudiosos da psicologia. Uma coisa, porém, é certa: os que conduziram partidos socialistas a batalhas eleitorais acreditavam que as classes dominantes podiam ser “vencidas em seu próprio jogo”. Os socialistas possuíam a firme convicção de que ganhariam as eleições, que obteriam para o socialismo o apoio de uma esmagadora maioria. Depositaram todas as suas esperanças e empenharam todos os seus esforços na competição eleitoral porque tinham certeza de que a vitória eleitoral estava ao seu alcance. Sua força residia nos números, e as eleições são uma expressão da força numérica. Portanto, o sufrágio universal parecia garantir a vitória socialista, se não imediatamente, com certeza em um futuro próximo. A revolução dar-se-ia nas urnas. Entre as várias expressões dessa convicção encontra-se a extraordinária apologia proferida por Engels em 1895:

Os operários alemães [...] mostraram aos camaradas de todas as nações como fazer uso do sufrágio universal [...] Com a utilização bem-sucedida do sufrágio universal [...] entrou em ação um método inteiramente novo de luta do proletariado, e esse método rapidamente desenvolveu-se ainda mais. Foi constatado que as instituições do Estado, nas quais se organiza

o governo da burguesia, oferecem à classe trabalhadora oportunidades adicionais de combater essas mesmas instituições.

E Engels fez uma previsão: “Se [o progresso eleitoral] continuar dessa maneira, em fins deste século [...] tornar-nos-emos o poder supremo no país, perante o qual todos os demais poderes terão de curvar-se, queiram eles ou não”.⁴⁶

Tal convicção possuía fundamentos teóricos e práticos. Já no *Manifesto comunista*, Marx e Engels descreviam o socialismo como o movimento da “imensa maioria”.⁴⁷ Em 1850, em um artigo sobre os caristas publicado no *Daily Tribune* de Nova York, e novamente em 1867, no jornal de refugiados poloneses *Glos Wolny*, Marx reafirmou que “o sufrágio universal é o equivalente do poder político para a classe operária na Inglaterra, onde o proletariado compõe a grande maioria da população [...]”. Kautsky, em *A luta de classes*, provavelmente a mais influente declaração teórica dos primórdios do movimento socialista, afirmou que o proletariado já constituía a classe mais numerosa “em todos os países civilizados”.⁴⁸ E, mesmo que as primeiras batalhas eleitorais não terminassem com a vitória, mesmo que o proletariado não fosse ainda a maioria, a vitória eleitoral parecia apenas uma questão de tempo, pois o capitalismo estava engrossando as fileiras do proletariado. O desenvolvimento da produção fabril e a conseqüente concentração do capital e da terra conduziriam rapidamente à proletarização de profissionais especializados, artesãos, comerciantes e pequenos proprietários agrícolas. Até mesmo “o médico, o advogado, o padre, o poeta, o homem de ciências” estavam sendo transformados em proletários, segundo o *Manifesto comunista*. Esse aumento do número de pessoas que vendiam sua força de trabalho em troca de salário não era acidental, temporário ou reversível; era considerado uma característica necessária do desenvolvimento capitalista. Por conseguinte, era apenas uma questão de tempo que quase todos, “exceto um punhado de exploradores”, se tornassem proletários. O socialismo seria do interesse quase geral, e a esmagadora maioria das pessoas expressaria nas urnas sua disposição para o socialismo. Em 1919, um jovem teórico sueco formulou esse silogismo do seguinte modo:

A luta pelo Estado é política. Seu resultado, portanto, depende em grande parte da possibilidade aberta aos membros da sociedade — cuja proletarização foi ocasionada pelo processo capitalista — de exercer a devida influência sobre o processo decisório político. Se a democracia é alcançada, o crescimento do capitalismo significa uma correspondente mobilização de vozes *contra* o próprio sistema capitalista. A democracia, portanto, contém um dispositivo que atua automaticamente no sentido de acentuar a oposição ao capitalismo em proporção ao desenvolvimento desse sistema.⁴⁹

De fato, enquanto aqueles que acabaram por tornar-se comunistas consideraram a Revolução Russa a prova de que a insurreição vitoriosa era sempre possível, para os social-democratas a necessidade de depender da insurreição de uma minoria significou apenas que as condições para o socialismo ainda não se encontravam maduras.⁵⁰ Embora Branting, por exemplo, compartilhasse da reação inicial de Gramsci com respeito à Revolução Russa,⁵¹ ao afirmar que “toda a idéia evolucionária do socialismo é descartada no bolchevismo” chegou precisamente à conclusão de que os socialistas deveriam esperar que as condições amadurecessem até o ponto em que a grande maioria do eleitorado expressasse seu anseio por transformações socialistas.⁵² Como estavam absolutamente convencidos de que tais condições teriam lugar com o desenvolvimento do capitalismo, os social-democratas não se angustiaram com reveses eleitorais, que interpretaram apenas como um sinal de que a hora ainda não havia chegado. Mesmo quando tiveram de renunciar ao controle do governo, os social-democratas não se sentiram tentados a acelerar o curso da história. Esta falava por intermédio do povo, e o povo falava nas eleições, e ninguém duvidava de que a história faria o povo expressar seu anseio pelo socialismo.

Tais expectativas, baseadas na convicção sobre o curso futuro da história, foram quase imediatamente confirmadas pelo progresso eleitoral de partidos socialistas. O partido alemão — apontado por Engels como o modelo a ser seguido — cresceu, apesar dos anos de depressão, de 125 mil votos em 1871 para 312 mil em 1881, 1 427 000 em 1890 e 4 250 000 às vésperas da Primeira Guerra Mundial. De fato, tão logo se permitiu que caducassem as leis anti-socialistas, o SPD tornou-se, em 1890, o maior partido da Alemanha, com 19,7% dos votos. Em 1912, sua porcentagem — 34,8% — era mais que o dobro da relativa ao segundo maior partido. Não é de admirar que, em 1905, Bebel pudesse “explicitar a hipótese, amplamente aceita por seus correligionários socialistas, de que a classe operária continuaria a crescer e que o partido englobaria, um dia, a maioria da população [...]”.⁵³ Vários partidos entraram de modo ainda mais notável na competição por votos. Em 1907, os social-democratas finlandeses conseguiram maioria relativa, 37%, na primeira eleição com sufrágio universal. Os social-democratas austríacos obtiveram 21% quando o direito de voto foi estendido a todos os indivíduos do sexo masculino, em 1907; em 1911, sua porcentagem chegou a 25,4%, e em 1919 conquistaram a maioria relativa — 40,8%. O belga *Parti Ouvrier* conseguiu 13,2% de votos ao ser abolido o *régime censitaire* em 1894, e continuou a crescer aos saltos, chegando em 1925 à maioria relativa de 39,4%, sucesso que “estimulou-

os a supor que a contínua industrialização produziria um eleitorado crescentemente composto de operários socialistas”.⁵⁴ Mesmo nos países onde os primeiros passos não atingiram proporções tão eloqüentes, o progresso eleitoral parecia inevitável. Na religiosamente politizada Holanda, o socialismo marchou a passos largos, passando de 3% de votos em 1896 para 9,5%, 11,2%, 13,9% e, em 1913, 18,5%. O partido dinamarquês obteve 4,9% em 1884, a primeira eleição que disputou; em 1889, conseguiu apenas 3,5%; a partir daí, o partido jamais deixou de aumentar sua porcentagem de votos até 1935, quando chegou a 46,1%. Novamente “houve uma expectativa geral de que, sendo o único partido a representar o movimento operário, chegaria ao poder por intermédio da maioria absoluta do eleitorado”.⁵⁵ O partido sueco teve um início humilde, apresentando candidatos em chapa conjunta com os liberais; alcançou 3,5% em 1902, 9,5% em 1905, 14,6% em 1908, deu um salto para 28,5% em 1911, com a extensão do direito de voto, aumentou sua participação para 30,1% e 36,4% nas duas eleições sucessivas de 1914 e, juntamente com sua ala radical, obteve a maioria relativa de votos — 39,1% — em 1917. O Partido Trabalhista norueguês cresceu cerca de 5% a cada eleição a partir de 1897, quando obteve 0,6% de votos, até 1915, quando sua porcentagem atingiu 32,1%.

A prática estava confirmando a teoria. De eleição em eleição, as forças do socialismo adquiriam maior peso. Cada etapa trazia um novo sucesso. De alguns milhares que eram nos primeiros e difíceis momentos, os socialistas viram seu eleitorado aumentar para milhões. O progresso parecia inevitável; a maioria e o mandato em prol do socialismo nela incorporado eram apenas uma questão de poucos anos, de algumas eleições. Mais um esforço e a humanidade seria introduzida em uma nova era pela esmagadora expressão da vontade do povo. Afirmou Bebel no Congresso de Erfurt: “Estou convencido de que a consecução de nossos objetivos está tão próxima que poucos dentre os aqui presentes não viverão para viver esse dia”.⁵⁶

A SOCIAL-DEMOCRACIA E A CLASSE OPERÁRIA

O partido socialista deveria ser a classe operária organizada. Como observaram Bergounioux e Manin,⁵⁷ “as duas tendências do momento na época em que Marx e Engels contribuíram para a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores eram a autonomia dos operários fora da política ou uma emancipação política que não seria especificamente dos operários”. A influência decisiva de Marx reside

na síntese dessas duas posições: o socialismo como um movimento da classe operária na esfera política. A orientação preconizada por Marx era uma novidade: organizar um “partido”, mas que fosse exclusivamente um partido de operários, independente de todas as outras classes, e a elas oposto. A organização do operariado “em uma classe e, conseqüentemente, em um partido político”⁵⁸ fazia-se necessária para que os operários conquistassem o poder político e, na visão de Marx, não deveria e não iria afetar a autonomia da classe operária como força política. “A emancipação da classe operária deve ser”, segundo a célebre frase, “tarefa da própria classe operária”.

Sabemos por que Marx esperava que os operários se tornassem a força propulsora do socialismo: em virtude de sua posição na sociedade capitalista, os operários compunham, simultaneamente, a classe que era explorada da maneira especificamente capitalista e a única classe capaz de organizar por si própria a produção quando as relações capitalistas fossem abolidas.⁵⁹ Entretanto, essa ênfase na “relação orgânica” entre o socialismo e a classe operária — concebida como a relação entre a missão histórica e o agente histórico — não explica, por si só, por que os socialistas procuraram, durante o período inicial, organizar apenas operários e todos os operários. As razões dessas relações preferenciais entre os partidos socialistas e a classe operária eram de ordem mais imediata e mais prática do que as que poderiam ser encontradas na teoria da história de Marx.

Em primeiro lugar, o capitalismo é um sistema em que os operários competem entre si quando não estão organizados como uma classe. A similaridade da posição de classe não resulta necessariamente em solidariedade, pois os interesses que os operários têm em comum são precisamente aqueles que os colocam em competição uns com os outros, especialmente quando aceitam salários mais baixos ao procurar emprego. O interesse de classe é algo vinculado aos operários como coletividade e não como um amontoado de indivíduos, a seu interesse “grupal” e não a seu interesse “seriado”.⁶⁰ Um aumento geral nos salários é do interesse de todos os operários, mas não afeta as relações entre eles. Por outro lado, uma lei estabelecendo um nível salarial mínimo, ampliando a instrução obrigatória, aumentando a idade para a aposentadoria ou limitando a jornada de trabalho afeta a relação entre os operários sem ser necessariamente do interesse de cada um deles. Na verdade, alguns prefeririam trabalhar além da idade estipulada para a aposentadoria, mesmo que isso implicasse privar de emprego outros operários; algumas pessoas que não conseguem encontrar emprego estariam dispostas a ser contratadas por um salário inferior ao

mínimo, mesmo que isso rebaixasse o nível geral dos salários; alguns estariam dispostos a substituir trabalhadores em greve mesmo que isso resultasse na derrota do movimento. O interesse de classe não corresponde necessariamente ao interesse de cada operário como indivíduo. Os operários individuais, bem como os relacionados a uma firma ou setor específico, têm um poderoso incentivo para lutar por seus interesses particulares em detrimento de outros operários na ausência de alguma organização — sindicato, partido ou o Estado diretamente — com poderes para impor a disciplina coletiva. Portanto, para superar a competição, os operários precisam organizar-se e agir como uma força coletiva. Nas palavras de Marx, “a associação possui sempre um duplo objetivo: fazer cessar a competição entre os operários, para que possam empreender a competição geral contra os capitalistas”.⁶¹ Os partidos socialistas destinavam-se a ser organizações que limitariam a competição dentro da classe, enquanto esta se defrontava com as classes inimigas. A mobilização de toda a classe era essencial precisamente para impedir que determinados grupos de operários solapassem a solidariedade de classe competindo com seus membros organizados.

Em segundo lugar, a ênfase nos interesses característicos do operariado era necessária para impedir a integração dos operários como indivíduos na sociedade burguesa. No capitalismo, os capitalistas aparecem naturalmente como os portadores dos interesses universais futuros, ao passo que os interesses de todos os outros grupos são percebidos como hostis ao desenvolvimento futuro e, portanto, como interesses particulares. O universalismo é a ideologia natural da burguesia, pois, quando se considera que as pessoas que vivem na mesma sociedade possuem interesses “gerais”, “comuns” ou “públicos”, os capitalistas como classe representam tais interesses.

A nova sociedade que se institucionalizou na Europa Ocidental na esteira da Revolução Industrial foi a personificação do universalismo. Pela primeira vez na história, a classe economicamente dominante posava como representante do futuro de toda a sociedade: essa foi a revolução que a burguesia introduziu na esfera ideológica.⁶² As normas legais burguesas instituíram o *status* universal de “indivíduos” que eram iguais em suas relações com as coisas — independentemente de serem elas meios de produção ou de consumo — e iguais na relação que mantinham entre si — também independentemente de constarem contratualmente como vendedores ou compradores de força de trabalho.⁶³ Ao mesmo tempo, a ideologia burguesa postulou uma harmonia básica de interesses dos indivíduos-cidadãos.

As instituições políticas burguesas expressam essa visão da socie-

dade. O Parlamento deveria ser o fórum para a deliberação racional na busca do bem comum. Enquanto a economia era considerada o domínio da paixão gerada pelo restrito interesse próprio, a política deveria encerrar o domínio autônomo da razão. Os partidos, assim como outras divisões baseadas em agrupamentos de interesses, eram vistos como nocivos e perigosos. A política deveria manter-se acima das divisões econômicas da sociedade.

Para impedir que o movimento pelo socialismo fosse absorvido por tal ideologia e tais instituições, era necessário transformar a própria concepção da política. Ao racionalismo abstrato da “política pura” os socialistas justapuseram uma imagem que refletia o conflito de interesses presente em uma sociedade dividida em classes. No lugar do ideal de indivíduos racionais buscando o bem comum, os socialistas apresentaram a “realidade” de homens que eram portadores de seus interesses de classe. A própria concepção de sociedade baseada na harmonia de interesses foi veementemente negada pela ideologia do conflito de classes.

Os socialistas afirmaram que a burguesia não só possui interesses particulares mas também que os mesmos são conflitantes com os interesses dos operários. Estes não são “indivíduos” pertencentes à sociedade burguesa, e sim uma classe distinta em uma sociedade dividida em classes. Se os seus interesses aparecem como particulares na sociedade capitalista, é porque tal sociedade fundamenta-se no conflito de interesses particulares de diferentes classes. Apenas separando-se de outras classes os operários poderiam defender seus interesses e, com isso, cumprir sua missão histórica de emancipar toda a sociedade. Em seu *Discurso à Liga Comunista*, em 1850,⁶⁴ Marx salientou que os operários “devem, eles próprios, fazer o máximo por sua vitória final, percebendo com clareza quais são os seus interesses de classe, assumindo o mais rápido possível sua posição como um partido independente e nem por um momento se deixando convencer pelas palavras hipócritas da pequena burguesia democrática a abster-se da organização independente do partido do proletariado”. Rosenberg,⁶⁵ relata a tendência do socialismo alemão, na década de 1860, a “isolar-se e ressaltar as qualidades que o diferenciavam de todos os grupos e tendências das classes abastadas. Nessa fase, o movimento proletário radical tendia especialmente a considerar os nobres e os camponeses, os manufatores e os intelectuais uma ‘massa reacionária uniforme’”. O mesmo se aplicava aos primeiros candidatos trabalhistas que concorreram na eleição de 1863 em Paris.⁶⁶ A noção de uma “massa reacionária única” fundamentou o Programa de Gotha de 1875 e reapareceu no programa sue-

co de 1889.⁶⁷ Ainda em 1891, Engels, ao ser solicitado a opinar sobre um esboço do Programa de Erfurt, objetou a uma referência ao “povo em geral”, indagando: “de quem se trata?”.⁶⁸ Jules Guesde, com sua eloqüência característica, argumentou em Lille, em 1890: “A Revolução de que fostes incumbidos só é possível na medida em que permanecerdes vós mesmos, classe contra classe, não conhecendo e nem querendo conhecer as divisões que possam existir no mundo capitalista”.⁶⁹

De fato, a dificuldade inicial enfrentada pelos socialistas foi a desconfiança dos trabalhadores com relação a quaisquer influências originadas fora de sua classe. O socialismo parecia uma ideologia abstrata e alienígena em comparação com sua experiência cotidiana. Para os operários, não era evidente que uma melhora em suas condições requeria a abolição do próprio sistema salarial. Bergounioux e Manin mencionam que, segundo um estudo sobre os operários franceses no início da Terceira República, se verificou uma resistência entre os operários à mensagem socialista, uma ênfase no conflito direto entre trabalhadores e patrões e uma desatenção à política.⁷⁰ Na Bélgica, um partido com denominação socialista, *Parti Socialiste Belge*, foi fundado em 1879, mas encontrou dificuldade em persuadir associações de operários a filiarem-se. Segundo Landauer,⁷¹ os operários desconfiavam da propaganda socialista, e de Paepe afirmou que “o termo ‘socialista’ assusta muitos operários”. Assim, em 1885, surgiu o *Parti Ouvrier Belge*: um partido de operários, em vez de um partido socialista. Na Grã-Bretanha, os sindicatos opuseram-se a — e até 1918 lograram impedir — que o Partido Trabalhista aceitasse membros de outras classes em bases individuais. Se os socialistas pretendiam obter êxito, seu partido teria de ser somente de operários. Na Suécia, as primeiras células locais do Partido Social-Democrata foram, de fato, denominadas *Arbetarekommuner*, Comunas de Operários.⁷² Os socialistas ansiavam por salientar o caráter de classe do movimento, e estavam dispostos a fazer concessões doutrinárias para implantarem o socialismo entre o operariado.

O DILEMA ELEITORAL

A maioria que os socialistas esperavam obter nas eleições deveria ser formada por operários. O proletariado — influenciando sobre seus interesses e cômico de sua missão — constituiria a força social que impeliria a sociedade para o socialismo. Esse proletariado, porém, não

era e jamais se tornou uma maioria numérica dos membros votantes de nenhuma sociedade. O prognóstico de que os membros deslocados das velhas classes médias tornar-se-iam proletários ou engrossariam o exército de desempregados não se materializou.

As velhas classes médias, especialmente os proprietários agrícolas independentes, quase desapareceram como grupo na maioria dos países da Europa Ocidental, mas seus filhos e filhas tenderam mais a empregar-se em escritórios ou lojas do que em fábricas. Ademais, embora a proporção da população adulta engajada em qualquer atividade fora do domicílio caísse drasticamente no decorrer do desenvolvimento capitalista, aqueles excluídos de atividades remuneradas não se transformaram em um exército industrial de reserva. A extensão da instrução compulsória, a aposentadoria obrigatória, maiores exércitos permanentes, barreiras efetivas à participação econômica das mulheres — tudo isso produziu o efeito de reduzir o ingresso no proletariado. Como resultado, de 1890 a 1980, o proletariado continuou a perfazer uma minoria do eleitorado. Na Bélgica, o primeiro país europeu a estabelecer uma indústria significativa, a proporção de operários conseguiu, de fato, quebrar o encanto do número mágico da maioria, atingindo 50,1% dos votantes em 1912. Desde então, sua porcentagem declinou sistematicamente, chegando a 19,1% em 1971. Na Dinamarca, a proporção de operários no eleitorado nunca ultrapassou 29%. Na Finlândia, jamais excedeu 24%. Na França, essa proporção declinou de 39,4% em 1893 para 24,8% em 1968. Na Alemanha, os operários como proporção do eleitorado passaram de 25,5% em 1871 para 36,9% em 1903, desde então constituindo cerca de um terço dos eleitores. Na Noruega, os operários constituíam 33% do eleitorado em 1894, e sua proporção atingiu o auge — 34,1% — em 1900. Na Suécia, a porcentagem de trabalhadores no eleitorado cresceu de 28,9% em 1908 para 40,4% em 1952; a seguir, declinou até 38,5% em 1964.

As regras do jogo democrático, conquanto universais e às vezes justas, são implacáveis. Se um partido pretende governar sozinho, livre da influência moderadora de alianças e das dívidas provenientes de compromissos, deve obter uma determinada proporção de votos, não muito diferente de 50%. As instituições eleitorais precederam o surgimento de partidos que buscam usá-las como veículo para o socialismo, e tais instituições encerram a regra fundamental que impossibilita a vitória de uma minoria isolada. Um partido representante de uma classe que possui menos membros que outras classes associadas não pode vencer batalhas eleitorais.

A combinação da condição de minoria com o governo da maioria

constitui a condição histórica sob a qual devem agir os socialistas. Essa condição objetiva impõe aos partidos socialistas uma escolha: ter um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe mas condenado à perpétua derrota eleitoral ou um partido que luta pelo êxito eleitoral às custas da diluição de seu caráter de classe. Essa não era uma escolha entre revolução e reforma. Não há razão *a priori*, tampouco evidências históricas, para supor-se que um partido eleitoral de operários caracterizado pela pureza de classe seria mais revolucionário que um partido heterogêneo em sua base de classe. De fato, partidos eleitorais puramente de operários, cujo principal exemplo é provavelmente o SPD durante o período de Weimar,⁷³ podem estar totalmente comprometidos com a defesa de interesses específicos dos operários dentro dos limites da sociedade capitalista. Tais partidos de classe podem facilmente tornar-se meros grupos de interesse eleitorais, pressionando em função de uma parcela maior do produto nacional sem nenhuma preocupação com a maneira como ele é produzido. Um partido puramente de operários que constituísse a maioria do eleitorado talvez houvesse mantido seu objetivo final sem assumir nenhum compromisso, como prometiam fazer os socialistas quando vissem a classe trabalhadora como majoritária. Porém, continuar como partido de uma minoria dedicado exclusivamente a objetivos finais em um jogo onde é necessária a maioria — mais ainda, uma porcentagem extraordinária dos votos — para levar a cabo tais objetivos teria sido absurdo. Para obter influência eleitoral para quaisquer objetivos, desde os finais até os mais imediatos, os partidos da classe operária precisariam buscar o apoio de membros de outras classes.

Assim, dada a condição de minoria dos operários dentro da estrutura de classes das sociedades capitalistas, a decisão de participar em eleições altera a própria lógica do problema da transformação revolucionária. O sistema democrático pregou uma peça perversa às intenções dos socialistas: a emancipação da classe operária não poderia ser tarefa dos próprios operários se tivesse de ser alcançada por intermédio de eleições. Restou somente a questão de ser ou não possível recrutar uma maioria favorável ao socialismo procurando apoio eleitoral fora do operariado.

Existe, entre observadores contemporâneos, uma tendência singular de considerar a estratégia de recorrer a uma base de classe heterogênea um efeito relativamente recente da “desradicalização” dos movimentos socialistas. A *Mittleklass Strategie* alemã é tida como o protótipo dessa nova orientação, e Kurt Schumacher como seu arquiteto.⁷⁴ Nessa interpretação, os partidos socialistas começaram a recru-

tar o apoio de outros grupos além da classe operária somente após haverem desistido de seus objetivos socialistas.

Essa interpretação é absolutamente errônea. Os partidos socialistas buscaram apoio fora da classe operária assim que a perspectiva de vitória eleitoral tornou-se real, e desde então continuaram a oscilar entre a procura de aliados e a ênfase no operariado. A triunfante previsão feita por Engels em 1895, de que os socialistas tornar-se-iam uma força perante a qual “todos os poderes terão de curvar-se”, dependia, a seu ver, do êxito do partido na “conquista da maior parte da camada média da sociedade, a pequena burguesia e os pequenos camponeses”. Sua recomendação ao partido francês era a mesma: recrutar os pequenos camponeses (recomendação esta desnecessária, pois os franceses já o faziam).⁷⁵ O Programa de Erfurt de 1891 estabeleceu o tom em que se expressaram os apelos “às classes médias”: seus interesses eram “análogos” aos do proletariado, e elas constituíam-se em seus “aliados naturais”.⁷⁶ Na França, os guesdistas passaram a advogar as alianças assim que seu líder foi eleito para o Parlamento, em 1893.⁷⁷ Na Bélgica, o primeiro programa adotado em 1894 pelo Parti Ouvrier apelava à classe média baixa e aos intelectuais.⁷⁸ Na Suécia, já em 1889 debateu-se uma estratégia multiclassista, e o partido prosseguiu em sua orientação heterogênea em termos de classe até a plena aceitação desse procedimento, em 1920.⁷⁹ O Partido Trabalhista britânico derrotou em 1912 uma proposta para permitir o ingresso, em base individual, a “gerentes, capatazes [e] pessoas engajadas em atividades comerciais por conta própria”.⁸⁰ Contudo, em 1918, ao adotarem um programa mais voltado para a esquerda, os trabalhistas franquearam suas fileiras aos “operários intelectuais”. De fato, em sua polêmica com Beer,⁸¹ McKibbin interpreta a própria ênfase dada ao socialismo no programa de 1918 como uma tentativa de atrair os “profissionais qualificados da classe média”.⁸² Por toda parte, revisionistas asseveraram que os operários não constituíam uma maioria e que o partido deveria buscar apoio além da classe operária. Bernstein, Jaurès e MacDonald chegaram separadamente a essa dedução: tiveram de aceitar essa conclusão tão logo um partido empenhou-se na competição eleitoral. Em 1915, Michels já pôde caracterizar a estratégia social-democrática do seguinte modo:

Por motivos predominantemente eleitorais, o partido dos operários busca apoio de elementos pequeno-burgueses da sociedade, e isso acarreta reações mais ou menos abrangentes sobre o próprio partido. O Partido Trabalhista torna-se o partido do “povo”. Seus apelos não mais se dirigem aos operários manuais, mas a “todos os produtores”, a “toda a po-

pulação que trabalha”, sendo esses termos aplicados a todas as classes e camadas da sociedade, exceto aos ociosos que vivem da renda de investimentos.⁸³

A orientação para as camadas médias, consideradas em termos abrangentes, assumida no pós-guerra por diversos partidos social-democratas não é resultado de uma nova postura estratégica, e sim um reflexo da transformação da estrutura de classes na Europa Ocidental. A proporção da população engajada na agricultura declinou ao longo do século XX, mais rapidamente durante a década de 1950 do que em qualquer década anterior. A “nova classe média” quase substituiu numericamente a “velha classe média”. As estratégias partidárias refletiram, embora com uma certa defasagem, a evolução numérica da estrutura de classes. O que é relativamente novo, portanto, é tão-somente a indicação explícita de funcionários de colarinho-branco como o *pool* de apoio potencial ao socialismo. Afinal, foi Bernstein, e não Schumacher ou Brandt, o introdutor do conceito do *Volkspartei*. A busca de aliados é inerente à prática eleitoral.

Ao decidirem competir por votos de “aliados naturais”, quer estes pertencessem à antiga ou à nova classe média, os socialistas passaram a apelar à grande maioria da população. A estimativa de Branting, em 1889, de que “o povo” constituía 95% da sociedade sueca, continha provavelmente muito pouco de exagero, considerando-se sua definição de “povo”.⁸⁴ Procurando uma distribuição equitativa do ônus da dívida da Primeira Guerra Mundial, um documento programático do partido, *Labour and the New Social Order*, afirmou que “desta maneira, o Partido Trabalhista convoca o apoio de quatro quintos da nação”.⁸⁵ Não há razão para duvidar que hoje em dia a classe operária e seus aliados perfazem cerca de 80% da população da França⁸⁶ ou dos Estados Unidos.⁸⁷ Se somarmos aos operários industriais os empregados de colarinho-branco, pequenos burgueses, donas de casa, aposentados e estudantes, não sobra quase ninguém para representar os interesses antagônicos ao socialismo. Resta apenas um punhado de exploradores: “o homem de negócios com uma conta de crédito isenta de impostos, o especulador com ganhos de capital não tributados e o diretor de empresa prestes a aposentar-se com um rendimento excessivo e livre de impostos”, segundo o manifesto eleitoral do Partido Trabalhista, em 1959.⁸⁸

Ainda assim, os partidos social-democratas nunca obtiveram os votos de quatro quintos do eleitorado em nenhum país. Em apenas alguns casos contaram com o apoio de metade das pessoas que efetivamente votaram. Estão longe de obter os votos de todos aqueles que

alegam representar. Ademais, não conseguem sequer assegurar os votos de todos os operários — o proletariado no sentido clássico da palavra. Em vários países, até um terço dos operários manuais votam em partidos burgueses. Na Bélgica, chega a 50% a proporção de operários que não votam nos socialistas.⁸⁹ No Reino Unido, o Partido Trabalhista perdeu 49% dos votos da classe operária na eleição de 1979. Os social-democratas parecem condenados à condição de minoria enquanto partido de classe, e aparentemente o mesmo ocorre quando procuram constituir-se em um partido de massa, da nação como um todo. Como um partido puramente de operários, não conseguem o mandato em prol do socialismo, mas também não o alcançam como um partido da nação inteira.

Alguns dos motivos pelos quais nenhum partido político jamais obteve maioria com um programa de transformações socialistas são inegavelmente externos ao sistema eleitoral. Não obstante, os partidos social-democratas defrontam-se com um dilema de caráter puramente eleitoral. A classe molda o comportamento político dos indivíduos tão somente se os que são operários forem organizados politicamente como tal. Se os partidos políticos não mobilizam as pessoas como operários, e sim como “as massas”, “o povo”, “consumidores”, “contribuintes” ou simplesmente “cidadãos”, os operários tornam-se menos propensos a identificar-se como membros da classe e, conseqüentemente, a votar como operários. Ao estender seu apelo às “massas”, os social-democratas enfraquecem a importância geral da classe como determinante do comportamento político dos indivíduos.

As estratégias voltadas para o amplo apoio eleitoral produzem um efeito não apenas sobre a relação entre o operariado e outras classes, mas principalmente no interior da classe, sobre as relações entre os próprios operários. Para obterem êxito na competição eleitoral, os partidos social-democratas devem apresentar-se a diferentes grupos como instrumentos para a realização de seus interesses econômicos imediatos, no sentido de que tais interesses podem ser concretizados quando o partido sair vitorioso da próxima eleição. Alianças com elementos de outras classes devem fundamentar-se em uma convergência de interesses econômicos imediatos da classe operária e de outros grupos. Os social-democratas precisam oferecer crédito aos pequenos burgueses, pensões aos empregados de colarinho-branco, salário mínimo aos operários, proteção aos consumidores, instrução aos jovens, salário-família às famílias. Tal convergência de interesses não pode ser encontrada em graus que reforcem a coesão e a combatividade dos operários contra outras classes. Quando os social-democratas estendem seu apelo, têm

de prometer lutar não pelos objetivos específicos dos operários como coletividade — aqueles que constituem os bens públicos para o operariado como classe — mas somente pelos objetivos que os operários compartilham, como indivíduos, com membros de outras classes. As bases comuns podem ser encontradas em uma mudança da tributação indireta para direta, leis de proteção ao consumidor, gastos com transporte público e coisas do gênero. Essas são preocupações que os operários compartilham com outros que possuem renda reduzida, adquirem bens de consumo, tomam condução para o trabalho. Não são interesses do operariado como classe, mas dos pobres, dos consumidores, dos usuários de transporte público etc.

Nada disso implica que o partido deixa de representar os operários quando passa a apelar para as massas. Embora a convergência jamais chegue à perfeição e alguns interesses do operariado frequentemente sejam comprometidos, o partido continua a representar os interesses que os operários como indivíduos compartilham com outras pessoas. Assim, os partidos social-democratas orientados para “o povo” continuam a ser partidos de operários enquanto indivíduos. Deixam de ser a organização dos operários como classe, que disciplina os indivíduos na competição entre si contrapondo-os a outras classes. É o próprio princípio do conflito de classes — o conflito entre coletividades internamente coesas — que se torna comprometido quando partidos de operários transformam-se em partidos das massas.

A diferenciação do apelo de classe, contudo, não afeta unicamente a organização do operariado como classe. Produz um efeito fundamental sobre a forma dos conflitos políticos em sociedades capitalistas, pois reinstala uma visão da política desvinculada do conceito de classe. Quando os partidos social-democratas tornam-se partidos “de toda a nação”, reforçam a visão da política como um processo de definição do bem-estar coletivo “de todos os membros da sociedade”. A política, novamente, é definida consoante a dimensão indivíduo-nação, e não em termos de classe.

Essa supressão da ênfase no conflito de classes, por sua vez, afeta os operários. À medida que a identificação com a classe diminui, os partidos socialistas vão perdendo sua atração exclusiva para o operariado. Os social-democratas já não são qualitativamente diferentes de outros partidos; a lealdade de classe não mais constitui a base mais sólida de auto-identificação. Os operários vêem a sociedade como sendo composta de indivíduos, e vêem a si próprios como membros de coletividades distintas da classe; comportam-se politicamente com base em afinidades religiosas, étnicas, regionais ou outras. Tornam-se católicos, sulistas, francófonos ou, simplesmente, “cidadãos”.

Torna-se claro, agora, que o dilema retorna com toda a intensidade dentro do próprio sistema de competição eleitoral. Partidos social-democratas têm de defrontar-se continuamente com a escolha entre a pureza de classe e a amplitude do apoio eleitoral, pois quando procuram aumentar seu apoio fora da classe operária, reduzem sua capacidade de mobilizar o operariado. Tal escolha jamais foi feita de forma definitiva por nenhum partido, tampouco representa uma evolução unidirecional. De fato, se existe um *trade-off* eleitoral entre apelar às massas e recrutar operários, as mudanças de estratégia revelam-se imprescindíveis do ponto de vista puramente eleitoral. As histórias de determinados partidos estão repletas de reviravoltas estratégicas, com mudanças fundamentais de direção, cismas e cisões. O SPD voltou a concentrar-se na classe operária em 1905; os social-democratas suecos abandonaram temporariamente sua tentativa de tornar-se um partido multiclassista em 1926, tornando a fazê-lo em 1953; o Partido Trabalhista norueguês deu ênfase à orientação de classe em 1918; os jovens socialistas alemães lançaram uma forte ofensiva à *Mittleklass Strategie* há uma década; conflitos entre as tendências *ouvrieristes* ou multiclassistas abalam atualmente vários partidos. Em termos de considerações puramente eleitorais, os social-democratas enfrentam um dilema. São forçados a oscilar entre a ênfase na classe e o apelo à nação. Parecem incapazes de vencer com qualquer uma das estratégias, e agem como as pessoas racionais quando se vêem perante um dilema: lamentam-se, arrependem-se, mudam de estratégia, e novamente lamentam-se e arrependem-se.

Os social-democratas não conseguiram fazer das eleições um instrumento de transformação socialista. Para serem eficazes nas eleições, têm de buscar aliados dispostos a juntar-se aos operários sob a bandeira socialista. Entretanto, ao mesmo tempo, solapam exatamente a ideologia que constitui a fonte de sua força entre o operariado. Não podem permanecer um partido unicamente de operários, mas também jamais poderão deixar de ser um partido do operariado.

REFORMA E REVOLUÇÃO

Os socialistas passaram a tomar parte em eleições visando a objetivos finais. O Congresso de Haia da Primeira Internacional proclamou que “a organização do proletariado em um partido político é necessária para assegurar a vitória da revolução social e seu objetivo final — a abolição das classes”.⁹⁰ O primeiro programa sueco especifi-

cava que “a Social-Democracia difere de outros partidos porque aspira à completa transformação da organização econômica da sociedade burguesa e à obtenção da liberação social da classe operária [...]”.⁹¹ Até mesmo Millerand, o mais reformista dentre os revisionistas, advertiu que “aquele que não admite a necessária e progressiva substituição da propriedade capitalista pela propriedade social não é um socialista”.⁹²

Esses eram os objetivos a serem atingidos com o exercício do poder legislativo, sob um mandato conferido por uma maioria expressa eleitoralmente, como uma determinação imposta pelo sufrágio universal. Os socialistas iriam abolir a exploração, destruir a divisão da sociedade em classes, remover todas as desigualdades econômicas e políticas, eliminar o desperdício e a anarquia da produção capitalista, erradicar todas as fontes de injustiça e preconceito. Iriam emancipar não só o operariado, mas a humanidade, construir uma sociedade baseada na cooperação, orientar racionalmente as energias e recursos para a satisfação das necessidades humanas, criar condições sociais para o desenvolvimento ilimitado da personalidade. Racionalidade, justiça e liberdade eram as metas que pautavam o movimento social-democrata.

Esses eram objetivos finais; não poderiam ser atingidos de imediato, por razões econômicas e políticas. E os social-democratas não estavam dispostos a esperar pelo dia em que tais objetivos poderiam finalmente ser concretizados. Afirmavam representar os interesses do operariado e de outros grupos não apenas no futuro, mas também no momento atual, vale dizer na sociedade capitalista. O Parti Socialiste Français, liderado por Jaurès, declarou em 1902, no Congresso de Tours, que “o Partido Socialista, rejeitando a política do tudo-ou-nada, conta com um programa de reformas pelas quais se empenha de imediato”, e relacionou cinquenta e quatro reivindicações específicas quanto a democratização, secularização, organização da justiça, família, educação, tributação, proteção do trabalho, previdência social, nacionalização de indústrias e política externa.⁹³ O primeiro programa dos social-democratas suecos, em 1897, preconizava tributação direta, desenvolvimento de atividades produtivas em bases municipais e estaduais, crédito público incluindo controle direto do Estado sobre empréstimos aos agricultores, legislação concernente a condições de trabalho, idade avançada, doença e seguro contra acidentes, igualdade legal e liberdade de organização, reunião, expressão e imprensa.⁹⁴

Essa orientação para melhoras imediatas nunca foi considerada por seus idealizadores um afastamento dos objetivos finais. Uma vez que o socialismo era tido como inevitável, não haveria motivo para

que os partidos socialistas deixassem de advogar medidas imediatas — não havia perigo, e nem mesmo possibilidade, de que tais medidas impedissem o advento do inevitável. Como observou Kautsky, “seria um erro extremo imaginar que tais reformas poderiam retardar a revolução social”.⁹⁵ Os objetivos finais seriam concretizados porque a história estava do lado do socialismo. Os revisionistas do movimento eram, quando muito, ainda mais deterministas que aqueles que preconizavam táticas insurrecionais. Millerand, por exemplo, argumentou no discurso de Saint-Mandé que “os homens não estabelecem o coletivismo, e não o farão; ele vem estabelecendo a si próprio diariamente; vem sendo verdadeiramente secretado pelo regime capitalista”.⁹⁶

Mesmo quando os movimentos social-democratas abandonaram a proteção da história pensando em redescobrir a justificativa para o socialismo em valores éticos, nenhum dilema despontou na consciência dos líderes socialistas. A famosa renúncia de Bernstein aos objetivos finais não implicava que os mesmos permaneceriam irrealizados, mas apenas que a maneira de atingi-los era concentrar-se em metas imediatas. Jaurès, referindo-se à conquista do poder político pelo operariado, legou-nos a clássica imagem: “Não creio, tampouco, que será necessariamente um salto abrupto, a travessia do abismo; talvez nos apercebamos de ter entrado na zona do Estado socialista como os navegantes dão-se conta de haverem cruzado a linha de um hemisfério — não que tenham conseguido enxergar uma corda estendida sobre o oceano alertando-os que acabaram de cruzar a linha, mas que, pouco a pouco, foram conduzidos a um hemisfério pelo progresso de seu navio”.⁹⁷ De fato, para os social-democratas, as reformas imediatas constituíam “etapas”, no sentido de que gradualmente elas se acumulariam em direção a uma completa reestruturação da sociedade. Antecipando a argumentação de Bernstein, Georg von Vollmar, líder da ala bávara do SPD, declarou no Congresso de Erfurt: “Além do objetivo geral ou final, vemos uma meta mais próxima: a realização das necessidades mais imediatas do povo. A meu ver, a promoção das demandas mais imediatas é o principal, não só porque possuem grande valor como propaganda e servem para atrair as massas, mas também porque, em minha opinião, esse progresso gradativo, essa socialização gradual, é o método altamente indicado para uma transição progressiva”.⁹⁸

Reforma e revolução não requerem uma escolha, segundo a visão de mundo social-democrata. Para realizar a “revolução social” — expressão que, anteriormente a 1917, denotava transformação das relações sociais mas não necessariamente uma insurreição — é suficiente

seguir o caminho das reformas. Estas são tidas como cumulativas e irreversíveis: não há nada de estranho no argumento de Jaurès, de que “precisamente por ser um partido da revolução [...] o Partido Socialista é o mais ativamente reformista [...]”.⁹⁹ Quanto mais reformas, quanto mais rapidamente introduzidas, mais próxima estaria a revolução social, e mais depressa o navio socialista navegaria para o novo mundo. E, mesmo quando a época não se mostra auspiciosa para se tomarem novas medidas, mesmo quando as circunstâncias políticas ou econômicas exigem o adiamento das reformas, cada nova reforma acabará por acrescentar algo às realizações anteriores. O abrandamento dos efeitos do capitalismo e a transformação desse sistema peça por peça acabaria por conduzir à completa reestruturação da sociedade. Em sua crítica ao livro de Miliband,¹⁰⁰ Benjamin Barber expressou magistralmente essa perspectiva: “com certeza em certo momento o abrandamento torna-se transformação, a atenuação torna-se abolição; em algum momento, as ‘concessões’ do capitalismo aniquilam o próprio capitalismo [...] Isso não quer dizer que tal momento é chegado, apenas que ele há de existir.”¹⁰¹

PROJETOS ECONÔMICOS E REALIDADES POLÍTICAS

A “revolução social” antevista pelos social-democratas fazia-se necessária porque o capitalismo era irracional e injusto. E a causa fundamental dessa ineficiência e injustiça residia na propriedade privada dos meios de produção. Embora ocasionalmente a propriedade privada fosse considerada a fonte dos mais diversos males — desde a prostituição até o alcoolismo e as guerras — ela era sempre tida como diretamente responsável pela irracionalidade do sistema capitalista e pela injustiça e miséria que o mesmo gerava.

Já em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, uma das mais importantes fontes teóricas do movimento socialista, Engels salientava que a crescente racionalidade da produção capitalista no âmbito de cada empresa é acompanhada, necessariamente, pelo caos e a anarquia da produção em escala social. “A contradição entre a produção socializada e a apropriação capitalista”, escreveu Engels, “apresenta-se agora como *um antagonismo* entre a organização da produção na oficina individual e a anarquia da produção na sociedade de modo geral”.¹⁰² Em 1920, Branting reafirmou que “nas premissas básicas da presente ordem social não há garantias satisfatórias tanto de que é dada à produção como entidade a orientação mais racional possível como de que

o lucro, nos vários setores, é usado da maneira ideal do ponto de vista econômico e social da nação”.¹⁰³

O segundo efeito da propriedade privada consiste na distribuição injusta das recompensas materiais que ela gera. Segundo um teórico do Partido Trabalhista, “o argumento econômico em favor do socialismo fundamenta-se em grande medida na incapacidade do capitalismo em permitir uma distribuição equitativa ou mesmo praticável das mercadorias em uma era de mecanização e produção em massa”.¹⁰⁴ Até mesmo a ruptura mais decisiva com a tradição marxista, o programa Bad Godesberg de 1959, afirmava que “a economia de mercado não assegura por si só uma distribuição justa da renda e da propriedade”.

Tendo em mente essa análise, a socialização ou nacionalização dos meios de produção tornava-se o principal método para a consecução dos objetivos sociais, consistindo, portanto, na primeira tarefa a ser levada a cabo pelos social-democratas após a conquista do poder. Tingsten¹⁰⁵ observou: “a revolução social sempre foi entendida como uma socialização sistemática e deliberada sob a liderança do operariado social-democrata”. Socialização ou nacionalização — uma ambigüidade terminológica significativa — era a maneira pela qual se realizaria a revolução socialista.

Até a Primeira Guerra Mundial, enquanto os partidos socialistas concentravam seus esforços em conseguir o direito de voto e organizar os trabalhadores como classe, quase nenhuma atenção concreta foi dedicada aos meios pelos quais seria realizada a socialização. A própria possibilidade de estar realmente em posição de empreender um programa de socialização pegou de surpresa todos os partidos socialistas quando a guerra destruiu a ordem estabelecida, desencadeou movimentos espontâneos de ocupação de fábricas e abriu as portas à participação no governo. De fato, a onda de ocupações de fábricas ocorrida na Áustria, Alemanha, Finlândia, Itália e Suécia parecia aos partidos socialistas e sindicatos bem estabelecidos uma ameaça tão grande à sua própria autoridade e organização quanto à ordem capitalista.¹⁰⁶

À medida que esses movimentos espontâneos foram sendo reprimidos ou esvaziados, a lógica do parlamentarismo restabeleceu seu domínio sobre o movimento social-democrata. Os esforços de nacionalização revelaram-se tão semelhantes em vários países que sua história pode ser sintetizada em poucas palavras. A questão da socialização entrou imediatamente na pauta dos partidos social-democratas na Áustria, Finlândia, Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda, Itália e Suécia e na da CGT na França. Em diversos países, especialmente Alemanha,

Grã-Bretanha e Suécia, “comitês de socialização” foram estabelecidos pelos respectivos parlamentos, enquanto na França Léon Blum apresentou à Câmara um projeto de lei para nacionalizar a indústria ferroviária. Os comitês de socialização deveriam preparar detalhados programas de socialização — em alguns casos, para todas as indústrias básicas, em outros, para indústrias específicas, especialmente a carbonífera. A carreira dos comitês britânicos foi breve, pois Lloyd George simplesmente ignorou suas recomendações; na Alemanha, a questão da nacionalização do carvão permaneceu após o primeiro comitê haver renunciado, e, na Suécia, o comitê de socialização trabalhou por dezesseis anos, passando a maior parte do tempo a estudar esforços semelhantes realizados em outros lugares e extinguindo-se sem ter feito nenhuma recomendação. Embora os social-democratas formassem governos ou deles participassem em vários países, o resultado global dessas primeiras tentativas de socialização foi nulo: com exceção da indústria francesa de armamentos, em 1936, nenhuma empresa foi nacionalizada na Europa Ocidental por um governo social-democrata durante todo o período entre-guerras.

Como foi que o movimento estabelecido para revolucionar a sociedade mudando a própria base de sua organização produtiva chegou ao fim do período de integração nas instituições políticas do capitalismo sem ao menos haver tocado nos fundamentos dessas instituições? Marx, ao descrever em 1850 a anatomia da democracia capitalista, estava certo de que, a menos que fosse suprimido, o sufrágio universal conduziria “da emancipação política à social” e que, tão logo dispusessem de direitos políticos, os trabalhadores passariam imediatamente a destruir o “poder social” dos capitalistas, socializando os meios de produção.¹⁰⁷ Ainda em 1928, Wigforss considerava tal resultado inevitável: “O sufrágio universal é incompatível com uma sociedade dividida em uma pequena classe de proprietários e uma grande classe de indivíduos que nada possuem. Ou os ricos e os proprietários suprimirão o sufrágio universal ou os pobres, com a ajuda de seu direito de voto, obterão por si próprios uma parte das riquezas acumuladas”.¹⁰⁸ Entretanto, quando os social-democratas estiveram no poder na Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Noruega e Suécia, as riquezas permaneceram quase intactas, e inegavelmente não houve alterações na propriedade privada dos meios de produção.

Várias razões podem ser citadas para explicar esse fato. Não se pode desconsiderar a ambigüidade teórica do próprio projeto de “expropriação dos expropriadores”. Uma das dificuldades residia na am-

bígua relação entre “socialização” — a entrega das indústrias a seus empregados — e “nacionalização” — a direção geral das mesmas pelo Estado. Por um lado, como salientado por Korsch,¹⁰⁹ Wigforss¹¹⁰ e outros, o controle direto de determinadas empresas pelos produtores imediatos não removeria o antagonismo entre produtores e consumidores, sendo estes últimos representados pelos empregados de outras empresas. Por outro lado, a transferência para o controle centralizado do Estado produziria o efeito de substituir a autoridade privada do capital pela autoridade burocrática do governo, e o caso soviético assomava como um exemplo negativo. A tendência *gestionnaire* predominou na Alemanha, onde o princípio foi inclusive incorporado à constituição, e na Suécia; a tendência *planiste* encontrou sua mais importante expressão na Bélgica e na França, sob a influência de Henry de Man. Na esteira da Primeira Guerra Mundial, verificou-se uma verdadeira onda de redação de constituições: Otto Bauer na Áustria,¹¹¹ Karl Kautsky na Alemanha,¹¹² G. D. H. Cole na Grã-Bretanha,¹¹³ Henry de Man na Bélgica — e todos apressaram-se em conceber formas de combinar a racionalidade ao nível da sociedade como um todo com o controle dos produtores imediatos sobre suas próprias atividades.

Entretanto, esse surto de atividade teórica manifestou-se com muito atraso em relação às demandas da prática política. A verdade, como freqüentemente admitiram os políticos social-democratas, era que não sabiam como proceder à consecução de seu programa. A escolha das indústrias a serem nacionalizadas, dos métodos de financiamentos, das técnicas administrativas e das relações mútuas entre os setores revelou-se um problema de ordem técnica para o qual os social-democratas encontravam-se despreparados. Assim sendo, formaram comissões de estudo e puseram-se a esperar.

A causa da inércia dos social-democratas, contudo, era muito mais profunda que a ambigüidade de seus planos. Em nenhum lugar os socialistas obtiveram um número suficiente de votos para conseguir a maioria parlamentar e, com isso, a capacidade de criar leis sobre qualquer assunto sem o apoio ou, pelo menos, a anuência de outros partidos. Notavelmente, e para sua grande surpresa, os partidos socialistas em vários países foram convidados a tomar posse como governos de minoria ou a participar do governo como membros de coalizões multipartidárias. E a questão de o que fazer como governo de minoria apresentou-se em termos da seguinte escolha: ou o partido procuraria realizar seus objetivos socialistas, sendo imediatamente derrotado, ou se comportaria como qualquer outro partido, administrando o siste-

ma e introduzindo apenas algumas reformas para as quais conseguiria obter uma maioria parlamentar.

Cada estratégia foi considerada em termos de seus efeitos de longo prazo. Os proponentes da estratégia maximalista argumentaram que o partido educaria o eleitorado sobre seu programa socialista e revelaria o caráter reacionário dos partidos burgueses. Asseveraram que, com isso, o povo reconduziria o partido ao poder com uma maioria de votos e com a capacidade de empreender seu programa socialista. Apenas na Noruega adotou-se tal estratégia; o governo durou três dias, em 1928, e o partido tornou a participar do governo quatro anos mais tarde, só depois de haver moderado seus objetivos.

Os defensores do programa minimalista afirmaram que a tarefa mais importante a ser cumprida por um partido consistia em demonstrar que estava “apto a governar”, que era um partido no governo. “Não tomaremos posse para nos prepararmos para uma eleição geral”, afirmou MacDonald em 1924, “tomaremos posse para trabalhar”.¹¹⁴ Sua expectativa, por sua vez, residia na crença de que as reformas eram irreversíveis e cumulativas. Nas palavras de Lyman,

Os gradualistas imaginavam que o socialismo poderia ser adquirido em prestações, sendo cada prestação aceita sem graves obstruções por parte dos conservadores, não maiores que as que a oposição trabalhista impunha aos *Tories* quando estes estavam no governo. Cada prestação, a seguir, permaneceria intocada pelos intervalos em que o governo seria dos *Tories*, e pronta a servir de alicerce a partir do qual o próximo governo trabalhista retomaria a construção da comunidade socialista.¹¹⁵

Desse modo, o partido tomaria posse, introduziria unicamente as reformas para as quais conseguisse reunir o apoio de uma maioria parlamentar, e então retirar-se-ia, voltando quando o eleitorado lhe conferisse um novo mandato. “Esperamos permanecer no poder o tempo necessário, mas seguramente o tempo necessário permitir-nos-á algumas realizações que tolheriam governos futuros se enfrentarem os problemas com que nos deparamos atualmente”. Essa era a intenção do Partido Trabalhista em 1924.¹¹⁶ Com isso, Blum introduziu uma distinção entre o “exercício do poder” e a “conquista do poder”: como minoria, os socialistas apenas podiam exercê-lo, mas o fariam de modo a levá-los finalmente à sua conquista.¹¹⁷

O COMPROMISSO

Se os socialistas não tinham condições de empreender um programa imediato de nacionalização, o que poderiam fazer nesse ínterim?

Poderiam, e realmente o fizeram, trabalhar por medidas *ad hoc* visando a melhorar as condições dos trabalhadores: desenvolvimento de programas habitacionais, introdução de legislação sobre o salário mínimo, instituição de algum tipo de proteção contra o desemprego, tributação sobre renda e herança, pensão para os idosos. Tais medidas, embora favorecessem os trabalhadores, não eram politicamente inviáveis nem economicamente explosivas; davam continuidade à tradição das reformas de Bismarck, Disraeli e Giolitti. Não modificavam a estrutura da economia nem o equilíbrio político de forças.

O fato é que, até a década de 1930, os social-democratas não possuíam nenhum tipo de política econômica própria. A teoria econômica da Esquerda era aquela que criticava o capitalismo, afirmava a superioridade do socialismo e conduzia a um programa de nacionalização dos meios de produção. Uma vez suspenso esse programa — ele ainda não fora abandonado — não restou nenhuma política econômica.¹¹⁸ Os socialistas comportaram-se como todos os demais partidos: com alguma parcialidade distributiva em direção a seus eleitores, mas com todo o respeito pelos consagrados princípios do orçamento equilibrado, das políticas deflacionárias anticrise, do padrão-ouro etc. A caracterização do Partido Trabalhista feita por Skidelsky é válida em termos gerais: “A cultura política inglesa era relativamente homogênea. Havia certas idéias dominantes, ou padrões de pensamento, aceitas por todos os homens sensatos. Isso aplicava-se particularmente ao pensamento econômico. Na década de 1920, os políticos empregavam um cabedal de conhecimentos econômicos que era uma espécie de compilação daquilo que supunham constituir as práticas bem-sucedidas do século XIX [...]”.¹¹⁹ Quanto a Blum, pensava-se que não “podia conceber um estágio intermediário entre o socialismo doutrinário puro e a livre interação das forças do capitalismo [...]”¹²⁰ e, ao que parece, ninguém era capaz de conceber tal estágio intermediário. A única teoria de reformas conhecida era a que requeria a nacionalização; não existiam outras alternativas coerentes.

Essa alternativa surgiu em conseqüência da Grande Depressão. Na Suécia, Noruega e, em menor grau, na França, os governos socialistas reagiram ao desemprego com uma série de políticas anticíclicas que rompiam com a ortodoxia econômica vigente. Ainda se debate sobre se as políticas econômicas aplicadas na Suécia teriam sido desenvolvidas autonomamente, a partir de Marx via Wicksell, ou se foram uma aplicação das já divulgadas idéias de Keynes.¹²¹ O fato é que os social-democratas logo descobriram nas idéias de Keynes, especialmente após

a publicação de sua *Teoria geral*, algo de que necessitavam com urgência: uma política econômica precisa para a gestão de economias capitalistas. A revolução keynesiana — e foi verdadeiramente uma revolução — forneceu aos social-democratas um objetivo e, com isso, a justificativa para seu papel no governo, simultaneamente transformando o significado ideológico de políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora.

De vítima passiva dos ciclos econômicos, o Estado tornou-se quase da noite para o dia uma instituição por meio da qual a sociedade podia regular as crises a fim de manter o pleno emprego. Descrevendo as políticas econômicas do governo sueco de 1932, Gustav Moller, o idealizador do programa contra o desemprego, salientou que anteriormente auxílio-desemprego era “um sistema destinado apenas a suprir necessidades mínimas dos desempregados, não visando ao combate da depressão [...] Os ciclos econômicos, dizia-se, seguem leis econômicas naturais, e a interferência governamental é, de modo geral, inócua e, do ponto de vista financeiro, até mesmo perigosa no longo prazo”.¹²² Tanto Moller como Wigforss¹²³ relataram como os social-democratas suecos descobriram que o desemprego podia ser reduzido e a economia inteira revigorada se o Estado instaurasse políticas anticíclicas, permitindo déficits para financiar obras públicas produtivas durante as depressões e saldando as dívidas nos períodos de expansão. A sociedade não estava à mercê dos caprichos do mercado capitalista, a economia podia ser controlada e o bem-estar dos cidadãos continuamente intensificado pelo papel ativo do Estado — essa era a nova descoberta dos social-democratas.

E isso ainda não era tudo: o keynesianismo era não só uma teoria que justificava a participação socialista no governo, mas — mais afortunadamente, do ponto de vista dos social-democratas — era também uma teoria que de súbito conferia um caráter universalista aos interesses dos trabalhadores. Anteriormente, todas as demandas por aumento do consumo eram consideradas contrárias aos interesses nacionais: salários mais elevados implicavam menores lucros e, portanto, redução das oportunidades de investimentos e desenvolvimento futuros. A única resposta concebível para a crise consistia em cortar os custos de produção, ou seja, os salários. Essa ainda era a visão do Partido Trabalhista em 1929. Porém, na lógica da teoria de Keynes, salários mais altos, especialmente se o fundo de salários fosse aumentado pelo emprego crescente em vez de pela taxa de salários (que não se elevou na Suécia até 1936), ocasionavam um aumento na demanda agregada, o que implicava expectativa de lucro crescente, maior investimento e, com

isso, estímulo à economia. Conquanto novamente não esteja claro se essa política econômica realmente sofreu influência dos trabalhos de Keynes,¹²⁴ em 1936 foi instituída na França pelo Front Populaire uma política econômica segundo a qual “por intermédio de aumentos salariais, redução na semana de trabalho, programa de obras públicas e gastos com viagens e férias [...] o poder de compra e a demanda dos consumidores elevar-se-ão, a indústria aumentará a produção a fim de atender à demanda crescente [...] e a depressão será superada”.¹²⁵ As elevações salariais, antes consideradas um impedimento ao desenvolvimento econômico nacional, passaram a ser vistas como um estímulo. Podia-se agora argumentar que os interesses específicos de curto prazo dos operários e de outros que consumiam a maior parte de sua renda coincidiam com os interesses de longo prazo da sociedade como um todo. A defesa corporativista dos interesses do operariado, política que os social-democratas adotaram na década de 1920, e a estratégia eleitoral dirigida ao “povo” agora encontravam justificativa ideológica em uma teoria econômica de natureza técnica. Os próprios termos do discurso ideológico transformaram-se; Bertil Ohlin escreveu em 1938:¹²⁶ “os custos dos serviços de saúde representaram um *investimento* no mais valioso dos instrumentos produtivos, o próprio povo. Nos últimos anos, tornou-se óbvio que o mesmo é válido para muitas outras formas de consumo — alimentação, vestuário, habitação, lazer. Portanto, a ênfase é dada à política social ‘produtiva’ [...]”. Entretanto, essa revolução implicava outra: “A tendência”, continuou Ohlin, “é na direção de uma ‘nacionalização do consumo’, em contraste com a nacionalização dos ‘meios de produção’ do socialismo marxista”.

A adoção das idéias keynesianas não tardou a levar os social-democratas a desenvolver uma ideologia abrangente sobre o “estado do bem-estar”.¹²⁷ Os social-democratas definiram seu papel como sendo o de modificar a interação das forças de mercado, efetivamente abandonando por completo o projeto de nacionalização. A aplicação bem-sucedida dos instrumentos keynesianos era vista como a prova de que a nacionalização — repleta de problemas e incertezas como se revelou — era não só impossível de ser conseguida pela via parlamentar, mas além disso desnecessária. O próprio Keynes afirmou que “não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete”.¹²⁸ Como argumentou adicionalmente Wigforss,¹²⁹ a propriedade de determinadas indús-

trias pelo Estado só faria com que o governo socialista fosse obrigado a agir como uma empresa capitalista, sujeito “ao caos do mercado”, ao passo que por meio do controle indireto o Estado teria condições de racionalizar a economia como um todo, orientando-a para o bem-estar geral.

O suporte teórico dessa nova perspectiva residia na distinção entre o conceito de propriedade como autoridade para administrar e propriedade como posse legal. Bernstein já afirmava que “a questão básica da socialização é que colocamos a produção, a vida econômica, sob o controle do bem-estar público”.¹³⁰ Em vez da propriedade direta, o Estado podia concretizar todos os objetivos socialistas influenciando a indústria privada a agir em função do interesse geral. Observou de Man em 1934:¹³¹ “A essência da nacionalização reside menos na transferência da propriedade que na transferência da autoridade [...]”. Se o Estado pudesse regular a indústria privada quando necessário e mitigar os efeitos da livre interação das forças de mercado, a propriedade direta seria desnecessária e desaconselhável; esse passou a ser o lema da social-democracia em consequência da revolução keynesiana.

Em suma, incapazes, como governos de minoria, de empreender o programa socialista, em meados da década de 1930 os social-democratas encontraram uma política econômica distinta que justificava seu papel governamental, especificava diversas reformas intermediárias que poderiam ser realizadas com êxito dentro dos limites do capitalismo e permitia, em vários países, o estabelecimento de uma plataforma eleitoral bem-sucedida. Enredados, nos anos vinte, em uma posição de tudo-ou-nada, os social-democratas descobriram um novo caminho para a reforma, abandonando o projeto de nacionalização em favor do de bem-estar geral. O novo projeto, na verdade, implicava um compromisso fundamental com aqueles que ainda eram denunciados como exploradores, mas era economicamente viável, socialmente benéfico e, talvez mais importante, politicamente praticável sob as condições democráticas.

O ABANDONO DO REFORMISMO

O abandono do programa de nacionalização dos meios de produção não implicava que o Estado jamais se dedicaria a atividades econômicas. Hoje em dia, em países da Europa Ocidental, entre 5% e 20% do produto bruto é produzido por empresas que têm o Estado, sob alguma forma, como proprietário absoluto.¹³² Os caminhos por onde se

desenvolveu esse “setor público” são por demais variados para serem aqui descritos. Na Itália e na Espanha, o setor público constitui principalmente um legado fascista; na Áustria, é formado principalmente por propriedades alemãs confiscadas; na Grã-Bretanha e na França, uma onda de nacionalizações teve lugar após a Segunda Guerra Mundial. Nacionalizações diretas — a transferência das empresas privadas existentes para a propriedade do Estado — têm sido muito raras, mas em vários países o Estado desenvolve atividades econômicas próprias. Na maioria dos países, as empresas públicas possuem a mesma condição legal e operam com a mesma racionalidade das companhias privadas; o Estado é simplesmente um acionista. Na Itália, Grã-Bretanha e França, empresas estatais têm sido usadas deliberadamente como instrumentos de política econômica. A despeito dessas variações, a filosofia geral da propriedade estatal é amplamente compartilhada: os social-democratas estão comprometidos com o mercado livre sempre que possível, e com a propriedade pública quando necessário.

Caracteristicamente, as empresas estatais estão limitadas às instituições de crédito, indústrias de carvão, ferro e aço, produção e distribuição de energia, transportes e comunicações. Fora desses setores, apenas as companhias ameaçadas de falência e, portanto, de redução do emprego, passam para o controle público. Os casos de envolvimento do Estado na produção e venda de bens de consumo finais são raríssimos, limitando-se, aparentemente, à indústria automobilística. O Estado dedica-se às atividades econômicas que são necessárias para a economia como um todo, e vende seus produtos e serviços principalmente a empresas privadas. Estas, por sua vez, vendem aos consumidores. Assim, o Estado não concorre com o capital privado, e fornece os insumos necessários para o funcionamento rentável da economia como um todo.

Essa divisão entre o Estado e o mercado foi consagrada na “teoria dos bens públicos do Estado”.¹³³ Essa teoria supõe que o mercado capitalista é uma forma natural de atividade econômica; a existência do mercado e de suas leis é um dado. Espera-se que o papel do Estado limite-se ao fornecimento dos chamados “bens públicos” — aqueles que são indivisíveis e que, se fornecidos a alguém, podem ser fornecidos a todos. Cabe ao Estado construir vias públicas e treinar a força de trabalho; empresários privados racionais não estariam dispostos a fornecer tais bens, já que não podem impedir as pessoas de usar as ruas ou de vender aos concorrentes suas qualificações recém-adquiridas. O papel do Estado, assim, é por suposição limitado às atividades que não são lucrativas para os empresários privados, mas que são necessárias

para a economia como um todo. Na verdade, em vários países o Estado também se dedica à produção de bens privados — como carvão e aço — mas neste caso, novamente, a transferência para o setor público ocorreu, com poucas exceções, quando e onde tais indústrias não eram lucrativas sob as condições da concorrência internacional. De fato, essas eram as indústrias que podiam ser mais facilmente nacionalizadas e mantidas no setor público, uma vez que seus donos não tinham motivo para opor-se à nacionalização de indústrias não-lucrativas.

Portanto, a estrutura dos sistemas capitalistas instituídos pelos social-democratas foi a seguinte: (1) o Estado responsabiliza-se pelas atividades que não são lucrativas para as empresas privadas, mas que se fazem necessárias para a economia como um todo; (2) o governo regula, especialmente por meio de políticas anticíclicas, o funcionamento do setor privado; (3) o Estado, aplicando medidas pautadas pela teoria do bem-estar, atenua os efeitos distributivos do funcionamento do mercado.

As atividades reguladoras do Estado fundamentam-se na idéia de que os capitalistas privados podem ser induzidos a alocar recursos de um modo desejável para os cidadãos, modo esse expresso nas eleições. A noção básica consiste na alocação dos recursos em uma democracia capitalista segundo dois mecanismos: o “mercado”, onde o peso das preferências dos que tomam as decisões é proporcional aos recursos que controlam, e o Estado, onde o peso das preferências distribui-se igualmente pelos indivíduos como cidadãos. A essência da social-democracia contemporânea reside na convicção de que o mercado pode ser dirigido para as alocações de qualquer bem, público ou privado, que sejam preferidas pelos cidadãos, e de que pela racionalização gradual da economia o Estado pode transformar os capitalistas em funcionários privados do povo sem alterar a situação legal da propriedade privada.

A intervenção do Estado na economia deve pautar-se por critérios de eficiência, os quais se distinguem claramente da preocupação com a equidade. A noção de eficiência independe de qualquer consideração distributiva. Uma alocação de recursos eficiente — à luz do critério comum a correntes políticas diversas e considerado um critério técnico — é aquela em que ninguém pode melhorar suas condições sem que as condições de outro se tornem piores. Segundo tal alocação, algumas pessoas podem ter uma situação muito melhor que outras, mas o problema da distribuição, sob essa perspectiva, é melhor administrado quando se tomam medidas *ex post*. Assim sendo, a política social da social-democracia consiste, em grande parte, em abrandar os efeitos

distributivos de alocações de recursos baseadas em critérios de eficiência. Tal política não visa à transformação do sistema econômico, mas unicamente à correção dos efeitos de seu funcionamento.

Tendo se comprometido a manter a propriedade privada dos meios de produção, assegurar a eficiência e mitigar os efeitos distributivos, a social-democracia deixou de ser um movimento reformista.¹³⁴ O reformismo sempre significou um progresso gradual em direção a transformações estruturais; tradicionalmente, encontrou sua justificativa na idéia de que as reformas são cumulativas e se constituem em etapas, conduzindo em alguma direção. A atual política dos social-democratas, por sua própria lógica, não permite mais a acumulação das reformas.

O abandono do reformismo é consequência direta das reformas que foram realizadas. Uma vez que o Estado está engajado quase exclusivamente nas atividades não lucrativas para a iniciativa privada, ele se vê destituído dos recursos financeiros necessários para dar continuidade ao processo de nacionalização. Se as indústrias estatais fossem as mais lucrativas, o lucro poderia ser usado na aquisição ou desenvolvimento de outras indústrias. Porém, tendo-se envolvido em setores deficitários, os social-democratas solaparam sua própria capacidade de ampliar gradualmente o setor público. Ademais, não se podem negligenciar os efeitos ideológicos: criou-se uma situação em que o setor público é tristemente célebre pela ineficiência segundo critérios capitalistas, daí resultando um sério golpe contra a expansão do Estado. Ou seja, as empresas que passaram para o controle público foram, em sua maioria, aquelas que, por critérios capitalistas, mostravam-se ineficientes; agora, porém, elas parecem ser ineficientes precisamente por serem públicas. Com isso, a principal preocupação de todos os governos, socialistas ou não, passa a ser a redução de custos, o que, por sua vez, significa que as indústrias estatais sequer podem ser utilizadas como instrumentos de política macroeconômica, como por exemplo para manter baixo o preço do aço a fim de reduzir pressões inflacionárias.

Ao mesmo tempo, tendo fortalecido o mercado, os social-democratas perpetuam a necessidade de atenuar os efeitos distributivos de seu funcionamento. As reformas baseadas na teoria do bem-estar não precisam sequer ser “desfeitas” por governos burgueses. É suficiente que não se interfira no funcionamento do mercado por qualquer lapso de tempo para que as desigualdades se acentuem, o nível de emprego apresente flutuações, mudanças na demanda por mão-de-obra exponham novos grupos ao empobrecimento etc. Como observou Martin com respeito à Grã-Bretanha, “a ‘estrutura básica do Estado do bem-estar caracterizado pelo pleno emprego’ não se revelou

tão durável quanto a análise de Crosland nos levaria a esperar. Todavia, isso não ocorreu porque os governos conservadores entre 1951 e 1964 atuaram no sentido de demolir essa estrutura [...] Para solapar o Estado do bem-estar caracterizado pelo pleno-emprego bastou aos governos conservadores não fazer coisa alguma para combater esses processos”.¹³⁵ Atenuar não implica transformar — de fato, não havendo transformação, a necessidade de atenuação torna-se eterna. Os social-democratas encontram-se na mesma situação atribuída por Marx a Louis Bonaparte: suas políticas parecem contraditórias, pois são forçados ao mesmo tempo a fortalecer a capacidade produtiva do capital e a combater seus efeitos.

O resultado final dessa orientação é que os social-democratas encontram-se novamente sem uma alternativa própria distinta ao defrontarem-se com uma crise do sistema internacional. Quando no poder, são forçados a agir como qualquer outro partido, dependendo de medidas deflacionárias e redutoras de custos para assegurar a lucratividade e a capacidade de investimento da iniciativa privada. As medidas visando ao desenvolvimento da democracia no local de trabalho — recente redescoberta dos social-democratas¹³⁶ — previsivelmente repetem a postura do movimento na década de 1920, outro período em que a Esquerda carecia de métodos macroeconômicos próprios. Tais medidas não solucionarão problemas econômicos urgentes. Ainda se ignora o que pode acontecer se a presente crise internacional danificar gravemente a base eleitoral de apoio dos social-democratas.

BASES ECONÔMICAS DO COMPROMISSO DE CLASSE

Tão logo os social-democratas formaram governos após a Primeira Guerra Mundial, constataram que sua preocupação com a justiça não era imediatamente compatível com o objetivo de aumento da produtividade. Nas palavras de Wigforss, “visto que a social-democracia luta por uma distribuição mais equitativa e justa da propriedade e da renda, não deve jamais esquecer que é preciso produzir antes de se ter algo para distribuir”.¹³⁷ A preocupação em restabelecer e aumentar a capacidade produtiva da indústria passou rapidamente a dominar os primeiros debates sobre a socialização da indústria na Alemanha e na Suécia.¹³⁸ Uma distribuição justa da pobreza não era, seguramente, a promessa socialista, e para aumentar a riqueza geral os social-democratas deviam concentrar seus esforços na elevação da produtividade.

Entretanto, sem a nacionalização dos meios de produção, os aumentos na produtividade requerem a lucratividade da iniciativa privada. Quando o processo de acumulação ocorre na esfera privada, toda a sociedade depende da manutenção dos lucros privados e da ação dos capitalistas na alocação desses recursos. Portanto, a eficácia dos social-democratas — ou de qualquer outro partido — em regular a economia e mitigar os efeitos sociais depende da lucratividade do setor privado e da disposição dos capitalistas em cooperar. A própria capacidade dos social-democratas de regular a economia depende dos lucros do capital. Essa é a barreira estrutural que não pode ser transposta: o limite de qualquer política econômica é dado pelo fato de ser necessário proteger o investimento, e portanto os lucros, no longo prazo. Como os lucros são privados, as decisões dos capitalistas individuais concernentes ao volume e direção do investimento condicionam a eficácia das intervenções do Estado e devem ser previstas. O Estado que intervém na economia depende da ação dos capitalistas para seus recursos fiscais, informação, capacidade de elaborar políticas e planejar, capacidade de fornecer serviços sociais etc. Ademais, o próprio apoio eleitoral para qualquer governo específico depende da ação dos capitalistas. As pessoas, ao darem seu voto a um partido, não estão pensando exclusivamente nos “bens públicos”; elas votam contra o governo quando sua renda pessoal declina ou o desemprego aumenta.¹³⁹ Portanto, qualquer partido depende do capital privado até mesmo para sua sobrevivência no poder via eleições.

Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do capital.¹⁴⁰ A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência, pois ela é estrutural — uma característica do sistema, e não dos ocupantes de cargos governamentais, dos vencedores das eleições. Estar “no poder”, na verdade, confere pouco poder; os social-democratas estão sujeitos à dependência estrutural, como qualquer outro partido.

O compromisso básico entre os social-democratas e o capital privado é, portanto, uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista. Já que a propriedade privada dos meios de produção foi mantida intacta, passa a ser do interesse dos assalariados a apropriação dos lucros pelos capitalistas. Sob o capitalismo, os lucros do presente constituem as condições de investimento e, portanto, da produção, emprego e consumo no futuro. Como argumentou o Chanceler Schmidt, “os lucros das empresas hoje são os investimentos de amanhã, e o emprego de depois de amanhã”.¹⁴¹ Essa expectativa de que os lucros correntes seriam transformados em melhoras futuras nas condições mate-

riais dos assalariados tornou-se a base do consentimento dado pelos social-democratas ao capitalismo. Os social-democratas consentem com o direito dos capitalistas de reter uma parte da produção da sociedade porque esperam que os lucros apropriados pelo capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva e parcialmente distribuídos como remuneração a outros grupos. Portanto, esse consentimento fundamenta-se em bases econômicas; é um reflexo dos interesses materiais dos assalariados na sociedade capitalista.

Os social-democratas protegem os lucros das reivindicações das massas porque as políticas redistributivas radicais não são vantajosas para os trabalhadores. O mecanismo não foi projetado deliberadamente, mas o fato é que o funcionamento do sistema capitalista apresenta-se de modo tal que se os lucros não forem suficientes, as taxas de salário ou o nível de emprego acabam por declinar. As crises do capitalismo não trazem vantagem material a ninguém; constituem uma grave ameaça aos assalariados, pois o capitalismo é um sistema no qual o ônus das crises econômicas recai inevitavelmente sobre os que vivem de salários.

Esse é o motivo por que os social-democratas abrem mão da abolição da propriedade privada dos meios de produção em troca da cooperação dos capitalistas na elevação da produtividade e na distribuição dos ganhos. Por isso é que os social-democratas não só procuram reproduzir o capitalismo mas também lutam para aperfeiçoá-lo, mesmo enfrentando a resistência dos capitalistas. A nacionalização dos meios de produção revelou-se impraticável pelas vias eleitorais; políticas redistributivas radicais resultam em crises econômicas que não são do interesse dos assalariados; finalmente, a riqueza geral pode ser aumentada se for possível conseguir a cooperação dos capitalistas e a espera disciplinada dos assalariados.

SOCIAL-DEMOCRACIA E SOCIALISMO

Os social-democratas não conduzirão as sociedades européias ao socialismo. Mesmo se os trabalhadores preferissem viver sob o regime socialista, o processo de transição levaria necessariamente a uma crise antes que o socialismo pudesse ser organizado. Para atingir os picos mais elevados, é necessário atravessar um vale, e essa descida não pode ser empreendida sob condições democráticas.

Suponhamos que os social-democratas ganhassem as eleições e procurassem usar sua posição para empreender a transição para o socia-

lismo. Dada a estrutura social das sociedades capitalistas, tal vitória eleitoral somente é possível com o apoio de vários grupos: operários industriais, trabalhadores não-manuais, pequenos burgueses, agricultores, donas de casa, aposentados e/ou estudantes. Portanto, as pressões para uma melhora significativa das condições materiais emergem de vários grupos. Os salários, especialmente o salário mínimo ou “vital” (*sueldo vital* no Chile, SMIC na França), devem ser aumentados. O desemprego deve ser reduzido. As transferências, principalmente o salário-família, devem ser elevadas. O crédito para pequenas empresas e propriedades agrícolas precisa ser tornado mais barato e disponível a um nível de risco mais alto. Essas demandas podem ser financiadas por (1) uma redistribuição da renda pessoal (via tributação direta e redução nos diferenciais de salários), (2) crescente utilização da capacidade produtiva ociosa, (3) dispêndio de reservas internacionais ou empréstimos no exterior e/ou (4) redução da taxa de lucro.¹⁴² A soma das três primeiras fontes não bastará para satisfazer as demandas. A redistribuição das rendas mais elevadas não produziria um efeito quantitativo substancial, e não pode ser abrangente ao ponto de ameaçar o apoio eleitoral dos empregados de colarinho-branco. A súbita ativação da capacidade produtiva ociosa gera pontos de estrangulamento, e tal capacidade esgota-se rapidamente. As reservas internacionais têm de ser gastas com cuidado para impedir que a moeda do país fique à mercê de credores e especuladores estrangeiros. Além disso, mesmo se houver equilíbrio monetário nas contas nacionais, uma economia organizada para produzir determinados bens e serviços não pode ser transformada da noite para o dia para satisfazer as novas demandas por bens de salário.

Se forçados a pagar salários mais elevados e a manter o emprego acima do nível de eficiência, só resta aos capitalistas reagir com um aumento nos preços dos bens de salário. A inflação é também alimentada pelas dificuldades no balanço de pagamentos resultantes da necessidade de importar bens de salário e de pressões especulativas. Com isso, entra em ação uma dinâmica inflacionária ou, se os preços forem controlados, surge a escassez, forma-se um mercado negro e assim por diante. Em consequência, os aumentos nos salários nominais são corroídos pela inflação, como ocorreu na França em 1936,¹⁴³ no Chile e em Portugal.

Em circunstâncias normais, pode-se esperar que um aumento na demanda agregada estimule o investimento e o emprego. As medidas redistributivas, mesmo que incluam emissão inorgânica, são geralmente justificadas por apelos não somente à justiça, mas também à eficiên-

cia. À medida que crescem as rendas mais baixas, aumenta também a demanda por bens de salário. A utilização de capacidade ociosa e de reservas internacionais é vista como um amortecedor que protegeria os preços da demanda crescente durante o breve período decorrido antes que o investimento se elevasse e finalmente a oferta aumentasse. Espera-se que os lucros auferidos com um maior volume de vendas sejam reinvestidos e, assim, que a economia seja estimulada a desenvolver-se a um ritmo mais rápido. Foi esse, por exemplo, o programa de Vuskovic, no Chile — não totalmente irracional em circunstâncias normais.

Um programa como esse não pode ter êxito, porém, quando as reivindicações econômicas crescem espontaneamente e são acompanhadas de transformações estruturais. Reivindicações salariais tendem a tornar-se confiscatórias em tais circunstâncias, e a expectativa dos capitalistas é que essas reivindicações serão impostas, ou no mínimo toleradas, pelo governo. Como observou Bevin, “ver-nos-emos na situação de ter de ouvir o apelo de nossa própria gente”.¹⁴⁴ A crescente intervenção do governo significa exatamente que uma racionalidade não baseada no mercado é imposta ao processo de acumulação, ou seja, que os capitalistas são forçados a fazer alocações subótimas em termos de lucros. Medidas de nacionalização, reforma agrária e monopolização do crédito e das divisas pelo Estado ameaçam a própria instituição do lucro privado. Sob tais circunstâncias, capitalistas privados racionais não estarão dispostos a investir. Nem sequer é necessário que haja organização política ou conspiração — empresários racionais não investem se o retorno esperado sobre o investimento for zero ou negativo e se o risco for grande.

Entretanto, a produção deve continuar, pois, como salientou Kautsky, “se a produção não prosseguir, toda a sociedade perecerá, o proletariado inclusive”. E ainda: “o proletariado vitorioso, portanto, não só tem todas as razões para facilitar a continuidade da produção capitalista em todos os setores onde a socialização imediata não é aconselhável, mas deve, além disso, impedir que a socialização desencadeie uma crise econômica”.¹⁴⁵ Contudo, os capitalistas cujos meios de produção estão por enquanto a salvo da socialização não investirão se temerem que esse momento chegará também para eles. Por essa razão é que Lange¹⁴⁶ era de opinião que a nacionalização devia ser efetuada “em um só golpe”:

Um governo socialista realmente empenhado em implantar o socialismo tem de decidir empreender seu programa de socialização em um só golpe, ou então desistir dele por completo. A própria ascensão ao poder de tal governo deve provocar pânico na área financeira e colapso econômico.

Assim sendo, o governo socialista precisa optar por garantir a imunidade da propriedade e da empresa privadas a fim de permitir o funcionamento normal da economia capitalista, e nesse caso estará abrindo mão de seus objetivos socialistas, ou por executar resolutamente seu programa de socialização o mais rápido possível.

Contudo, mesmo que o governo socialista seja resoluto, e ainda que faça todas as tentativas necessárias para tranquilizar os pequenos empresários e proprietários como recomendado por Lange, a transformação das relações de produção necessariamente será acompanhada de uma crise econômica. A pressão em direção ao consumo imediato ainda ocorre sobre empresas públicas tanto quanto sobre companhias privadas. Mesmo que tais empresas sejam auto-administradas, cada uma ainda estará em melhor situação cobrando altos preços por seus produtos. A rigidez que impede uma súbita mudança em direção à produção de bens de salário é de ordem física, e não meramente organizacional. Ademais, a nacionalização gera problemas econômicos específicos. Quer tenha sido ou não uma estratégia política deliberada, como debatido por Bologna¹⁴⁷ e Marglin,¹⁴⁸ a produção capitalista reorganizou-se após o movimento do conselho de trabalhadores, de tal modo que os produtores imediatos como classe perderam a capacidade de gerir por si próprios o sistema produtivo. A classe operária, segundo Marx, caracterizava-se não só por ser explorada, mas ao mesmo tempo por ser capaz de organizar, em escala social, o sistema de produção socialista. Porém, se isso chegou a ocorrer, já não é mais possível para os produtores imediatos assumir instantaneamente o controle do processo produtivo na sociedade; talvez qualquer cozinheiro possa aprender a administrar a sociedade socialista, mas é necessário um longo aprendizado. A transformação socialista requer uma capacidade organizacional e administrativa que não pode ser adquirida da noite para o dia. Não existem receitas, e a experiência é limitada. O aprendizado por tentativa e erro e os tropeços dele advindos são inevitáveis.

Uma transição para o socialismo deve, portanto, gerar uma crise econômica. Declinam substancialmente os investimentos, sobem os preços, deterioram-se os ganhos nominais de salário e, em conseqüência, a produção diminui, a demanda arrefece e o desemprego ressurgue como problema fundamental. O que não é possível, pois, é o programa articulado por Allende, em cujas palavras “o modelo político visando ao socialismo que está sendo aplicado por meu governo requer que a revolução sócio-econômica ocorra simultaneamente com uma expansão econômica ininterrupta”.¹⁴⁹ Não é possível a concretização da

idéia de Blum, de que “uma melhor distribuição [...] revigoraria a produção e ao mesmo tempo atenderia à justiça”.¹⁵⁰ Tampouco é possível uma transição para o socialismo que tenha início com “une augmentation substantielle des salaires et traitement [...]”.¹⁵¹

Defrontando-se com uma crise econômica, ameaçados pela perda de apoio eleitoral e preocupados com a possibilidade de uma contrarrevolução fascista, os social-democratas abandonam o projeto de transição ou, pelo menos, fazem uma pausa, esperando por épocas mais propícias. Armam-se de coragem e explicam à classe trabalhadora que é melhor ser explorado que criar uma situação que envolve o risco de ser prejudicial à própria classe. Recusam-se a aventurar seu destino em um agravamento da crise. Oferecem o compromisso, mantêm-no e defendem-no. Permanece apenas a questão da existência ou não de um modo de escapar à alternativa definida para a Esquerda por Olof Palme: “retornar a Stalin e Lenin ou enveredar pelo caminho que segue a tradição da social-democracia”.¹⁵²